

Revista

FEBASE

Ano VI
N.º 51
1,50 €
Março de 2015

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz



Portugal entre os piores da UE em vários indicadores

Continuamos mal na fotografia



16

Foto Febase 2014
Vencedores recebem prémios



12

**Febase reclama
aumentos salariais**

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomáz Braz – SISEP

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Erre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 62.450 exemplares
(sendo 5.450 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

DOSSIÊ | Portugal e a Europa

Do lado negro da tabela **4**

Desemprego e baixos salários **6**

Salário mínimo: Portugal a meio da lista **7**

CONTRATAÇÃO | Banca

Revisão do ACT: Febase e IC acordam Segurança Social **8**

Sindicatos exigem ajustamento nas reformas do Santander **8**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Em agenda para 2015: Negociar o CCT e a tabela salarial **9**

QUESTÕES | Jurídicas

Despedimento coletivo e negociação individual **10**

ATUALIDADE | Sindical

Novamente exigidos aumentos salariais **12**

LIVRO DO MOMENTO | O capital no séc. XXI

As desigualdades do capitalismo **13**

Disparidade em português **15**

TEMPOS LIVRES | Nacional

FotoFebase 2014: "Flores da Primavera" vence concurso **16**

Primeira Caminhada de 2015: Lisboa vista de braços abertos **19**



20

| Bancários Centro



22

| Bancários Norte



25

| Bancários Sul e Ilhas



29

| STAS Actividade Seguradora



TEXTO: HORÁCIO OLIVEIRA

Hoje somos melhores.
Hoje prestamos mais e melhores
serviços. Ao longo destes mandatos
tivemos em mente os bancários
e as suas famílias

Não nos deixemos iludir pela maledicência

Como todos nós sabemos - e sabemos, pelo menos, ao longo destes quase 41 anos de vivência democrática - existe uma filosofia que se centra numa premissa base: "quanto pior, melhor".

A partir desta ideia de que "para a frente é que é caminho", o resto pouco importa. O que interessa é dizer mal, muito mal, nunca admitir que o outro está certo, manipular dados ao belo prazer da concessão dogmática de que os pequenos cérebros estão impregnados... Nada importa... Depois logo se vê... O importante é destacar, mesmo que o destaque seja bem passado.

E são esses pequenos cérebros tacanhos e ressequidos que se movimentam pelos feixes da maldade e da maledicência e alimentam a não progressão dos povos, a idolatria da bandidagem e a continuação da ideia de que é mesmo necessário ir ao fundo para que, obviamente, a partir daí só se possa progredir.

É essa gente que, com a maior desfaçatez, olha as nuvens e faz a comparação mais fácil: olhemos os países nórdicos e aprendamos com eles. O que importa é justificar que é o outro que nos pode ensinar, para que

tenhamos desculpa para a nossa estupidez; o que importa é não questionar as nossas próprias atitudes; o que importa mesmo é afastarmo-nos dos espelhos que nos seguem.

Foi feliz Ortega Y Gasset no seu pensamento de que pouco se pode esperar de alguém que só se esforça quando tem a certeza de vir a ser recompensado.

Dois grandes sindicatos da FEBASE e da UGT (o SBSI e o SBC) vão convocar os seus sócios para as eleições dos Corpos Gerentes, que terão lugar no final de abril. Até lá serão esgrimidos argumentos e utilizados os métodos menos ortodoxos para impressionar os colegas bancários.

Não tenho dúvidas de que os bancários compreendem, perfeitamente, o pensamento de Gasset, tal como não duvido da facilidade que têm em ver a obra feita.

Hoje somos melhores. Hoje prestamos mais e melhores serviços. Ao longo destes mandatos tivemos em mente os bancários e as suas famílias. ■

Ao contrário do que insinua certa propaganda política, não somos um País de engenheiros e doutores, bem pelo contrário: apenas 40% dos portugueses têm o ensino secundário, contra os 75% da média da UE, e os nossos jovens estão nos lugares cimeiros no abandono escolar. Mas não só. Comparativamente aos restantes 27 Estados-membros, indicadores recentes revelam que estamos do lado negativo da escala em desigualdade de rendimento, risco de pobreza, desemprego, despesa com saúde e, claro, na dívida das administrações públicas

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

Desde a já longínqua adesão à então CEE que os portugueses ambicionam alcançar os níveis de bem-estar dos seus parceiros comunitários, um desejo que parece sempre inalcançável. Se o País não está no fim da tabela na maioria dos indicadores muito se deve ao alargamento da União, com a entrada de Estados-membros com problemas ainda maiores.

Mesmo assim, e segundo os dados mais recentes publicados pela Pordata, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Portugal ocupa um lugar pouco honroso, quando comparado os restantes 27 países da União Europeia (UE), sobretudo em áreas basilares para a vida da população, como a saúde, a educação e o trabalho.

Os indicadores divulgados pela Pordata permitem traçar um retrato o mais exato possível de Portugal e estabelecer comparações sobre o nível de desenvolvimento do País em várias áreas face aos outros Estados-membros.

As fragilidades ficam bem patentes, mas também é possível ver a evolução

registada ao longo do tempo (o período temporal é de 1995 a 2013) e o retrocesso nos períodos de crise.

Um dos casos mais paradigmáticos é o da distribuição da desigualdade entre os 20% de portugueses com maiores rendimentos e os 20% que ocupam o extremo oposto da tabela. Em 1995 este rácio era de 7,4, diminuindo até aos primeiros anos do novo milénio, e voltando a atingir o mesmo valor em 2003. Só em 2006 desce para o dígito

precedente (6,7), iniciando um percurso descendente até o rácio ser de 5,6 em 2010. No ano seguinte começa a trajetória inversa, até chegar a 6 em 2013.

Educação frágil

Os dados permitem igualmente desfazer certos mitos, como aquele que se vulgarizou nos anos mais recentes de que Portugal tem licenciados a mais. Os

Do lado negro da tabela

Nós e os outros

Fonte: Pordata

Indicadores	Portugal	UE28
População residente 2012	10.514.844	506.630.460
Densidade populacional 2013	113,7	112,8
Famílias (em milhares) 2013	4.005,2	213.839,2
Taxa de risco de pobreza (%) após transferências sociais 2013	18,7	16,7
Taxa de abandono escolar (%) 2013	19,2	11,9
Taxa de desemprego (%) 2013	16	11
Consumo privado em % do PIB 2013	64,6	58,3



indicadores sobre educação desmentem-no claramente: apesar da evolução, o País continua na cauda da UE relativamente à qualificação.

O insucesso escolar tem vindo a diminuir, mas a verdade é que em 2013 a taxa de abandono escolar foi de 19,2%, sete pontos percentuais acima da média da União.

Do mesmo modo, nesse ano apenas 40% da população residente entre os 25 anos e os 64 anos tinha o ensino secundário, uma percentagem muito abaixo dos 75% da média europeia. Refira-se que a Lituânia registava 93%...

Pobreza e apoio social

Dramático é o nível de pobreza em Portugal, onde 18,7% da população se encontrava em risco de pobreza em 2013, segundo a Pordata. Ou seja, era esta a percentagem de pessoas cujo rendimento está abaixo do limiar de pobreza (60% da mediana do rendimento). A taxa média da UE era de 16,7%. Enquanto em Portugal esta taxa aumentou relativamente ao ano tran-

sato (era de 17,9%), na União diminuiu (17%).

A Roménia registava, em 2013, a taxa mais elevada (22,4%), enquanto a República Checa detinha a menor (8,6%).

Mas segundo dados da CE citados pelo jornal "Expresso", os portugueses em risco de exclusão social ultrapassaram os 27% – e aqui incluem-se não apenas os pobres, mas todos os que não têm condições para aquecer a casa, pagar a renda ou serviços básicos, comer carne ou peixe pelo menos de dois em dois dias, por exemplo.

Mais grave é que em simultâneo com o agravamento do risco de pobreza registou-se uma subida da privação material grave, ou seja, não só há mais pobres como os pobres estão mais pobres.

A intensidade da pobreza está agora nos 31,2%. O aumento de 7,6 pontos percentuais entre 2008 e 2014 foi o segundo maior da UE, depois da Grécia.

Por outro lado, 43,2% dos portugueses em 2013 não tinha capacidade para responder ao pagamento de despesas ►



Desigualdade de rendimento aumenta

O rácio da desigualdade de rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (índice S80/S20) aumentou na maioria dos países da UE durante os anos de crise. Em Portugal desceu ligeiramente.

Países	2008	2013	Tendência
UE27	5,0	5,0	=
Bulgária	6,5	6,6	▲
Grécia	5,9	6,2 (2012)	▲
Roménia	7,0	6,6	▼
Espanha	5,7	6,3**	▲
Letónia	7,3	6,3	▼
Lituânia	5,9	6,1	▲
Portugal	6,1	6,0	▼
Itália	5,1	5,7	▲
Estónia	5,0	5,5	▲
Croácia	4,5	5,4 (2012)	▲
Polónia	5,1	4,9	▼
Chipre	4,3	4,9	▲
Irlanda	4,4	4,7 (2012)	▲
Alemanha	4,8	4,6	▼
Reino Unido	5,6	4,6	▼
França	4,4**	4,5	▲
Dinamarca	3,6	4,3	▲
Hungria	3,6	4,2	▲
Áustria	3,7	4,1*	▲
Luxemburgo	4,1	4,1 (2012)	=
Malta	4,3	4,1	▼
Bélgica	4,1	3,9 (2012)	▼
Suécia	3,5	3,7	▲
Holanda	4,0	3,6	▼
Finlândia	3,8	3,6	▼
Eslovénia	3,4	3,6	▲
Eslováquia	3,4	3,6	▲
República Checa	3,4	3,4	=

Fonte: Pordata

*Valor provisório; **Quebra de série

► inesperadas, um aumento de 7,3% relativamente ao ano anterior (35,9%). Mais uma vez, a média europeia diminuiu, de 40,2% para 39,6%. No topo desta lista vergonhosa encontrava-se a Hungria, com 72,4% da população inca-

paz de fazer face a despesas imprevistas, e, no extremo oposto, a Suécia, com uma taxa de 18,2%.

Esta situação nacional pode em parte encontrar explicação no corte de prestações sociais como o Rendimento Social de

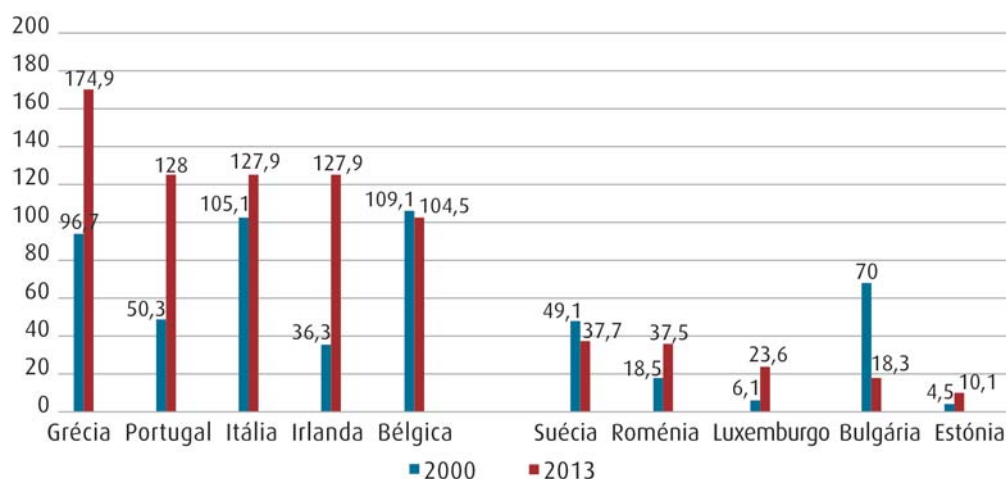
Inserção (RSI) ou o Complemento Solidário para Idosos. A verdade é que a despesa das prestações sociais em percentagem do PIB apresenta uma curva descendente nos últimos anos: se em 2011 foi de 26,5%, no ano seguinte diminuiu para 26,2%. Uma tendência seguida numa Europa cada vez menos social, onde no mesmo período temporal a média sofreu uma redução de 29% para 28,4%.

A Dinamarca registava a melhor taxa, com 33,8% de despesa em percentagem do PIB, e a Letónia a pior, com 14%.

Por fim, uma palavra para a saúde. Em 2012, Portugal liderava a tabela dos países onde as famílias tinham maiores despesas com a saúde no total dos seus gastos, com uns desonrosos 5,5%. E como se sabe que desde então os cortes nesta área têm sido sucessivos, a par com o aumento das taxas moderadoras, por exemplo, só se pode perspetivar que a situação esteja ainda pior.

A média da UE era de 3,7% e os cidadãos mais apoiados eram os do Reino Unido, onde a despesa das famílias em saúde relativamente ao total era de apenas 1,6%.

Dívida pública



Fonte: Pordata

Desemprego e baixos salários

As famílias portuguesas sofrem condições laborais e de vida cada vez mais difíceis. O retrocesso é evidente

O quotidiano dos trabalhadores está cada vez mais difícil, como sabem os próprios e as estatísticas confirmam. Desde logo devido ao flagelo do desemprego, que embora recentemente tenha registado uma quebra, situando-se nos 13,3% em janeiro, no final de 2013 era de 16%, deixando Portugal com a quarta taxa mais elevada da União. A Grécia ocupava o topo da tabela, com 27% da população ativa sem trabalho (atualmente 25,8%), seguida por Espanha com 24,4% (23,4% em janeiro de 2015) e a Croácia, com 17,1%.

Áustria (4,9%), Alemanha (5,3%), Luxemburgo (5,8%) e Malta (6,5%) tinham as taxas de desemprego mais baixas.



O desemprego é um dos maiores problemas da UE

As consequências da crise económica e social atingem também a esfera familiar, devido à falta de rendimento provocado por menos um salário. Mas, drama maior são as vidas das famílias em que ambos os membros do casal estão desempregados – e no final de 2014 estavam registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) 11.969 casais nessa situação.

O desemprego jovem atingia os 33,6% em janeiro deste ano, contribuindo fortemente para a emigração da geração mais qualificada do País, o que compromete o futuro coletivo. Mas, mais grave, as estimativas da OIT apontam para um desemprego de 10,8% daqui a quatro anos, igualando os níveis registados em 2010, quando os jovens sem trabalho serão 23,6%.

Relativamente à taxa de atividade em Portugal, em 2013 era de 60,2%, a 10.ª da UE. A Holanda ocupava a primeira posição, com 65,2%, e em 28.ª situava-se a Croácia, com 44%. A média da União era de 57,6%.

Ganhamos (muito) pouco

A bitola salarial nacional é, na sua maioria, bastante baixa, estando entre as piores da Europa.

Segundo um estudo da consultora Adecco baseado em dados do Eurostat, em 2013 o salário médio líquido mensal dos portugueses foi de 984€. Ou seja, praticamente metade da média europeia (1.972€) e um dos mais baixos de toda a UE. Significa isto que, em termos absolutos, a diferença entre a média europeia dos 28 Estados-membros e os portugueses foi de 988€ mensais ou 11.856€ anuais.

Portugal surgia então em 18.º lugar, numa tabela liderada pela Dinamarca (3.739€). Seguiam-se, por ordem decrescente, o Luxemburgo (3.009€), a Finlândia (2.622€), a Irlanda (2.621€) – também sujeita a um resgate externo – e a Alemanha (2.574€).

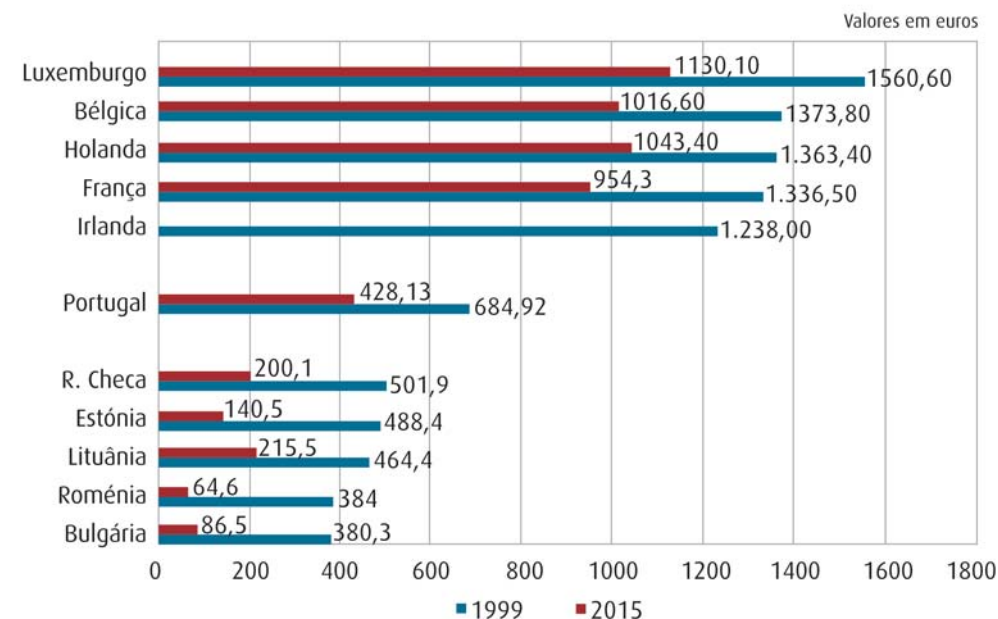
Mesmo países com problemas semelhantes aos portugueses apresentavam salários médios superiores ao português, como eram os casos da Grécia (1.028€) e de Espanha (1.634€).

Salários médios logo abaixo dos nacionais verificavam-se na Croácia (848€) e na Polónia (693€). Os trabalhadores com pior registo na UE eram, em 2013, os búlgaros, com um salário médio de 316 euros. Vale a pena salientar que no ano passado os salários

Salário mínimo

Portugal a meio da lista

Entre os 20 Estados-membros com salário médio definido, Portugal fica a meio da tabela, ou seja, na 11.ª posição. Os valores encontrados não são os reais (o nacional é de 505€), mas em paridade de poder de compra padrão (PPS), moeda fictícia que serve para comparar os níveis de bem-estar e de despesa entre países, anulando a diferença dos níveis de preços. O valor para 2015 é estimado e obtido através da divisão do montante global anual pelo número de meses em que o salário mínimo é atribuído (mensalizado). Recorde-se que não há salário mínimo na Alemanha, Áustria, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Itália e Suécia.



totais em Portugal tiveram um aumento de 0,2% e de 1% na contratação coletiva, o que desagradou a Bruxelas,

que insiste numa revisão da legislação laboral de forma a fragmentar a negociação coletiva setorial e travar as tímidas melhorias das condições salariais e de trabalho.

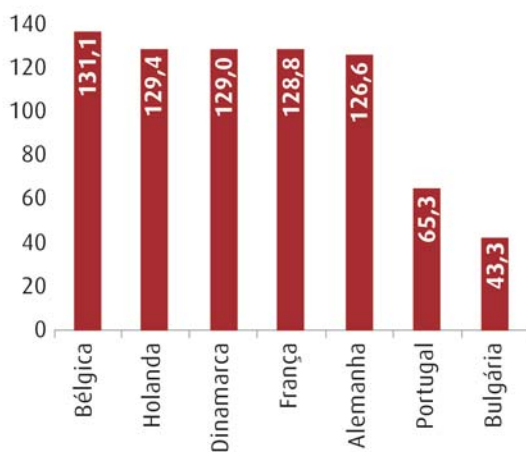
Vencimento mensalizado

Quanto ao salário mínimo nacional em valor médio mensalizado, em 2014 Portugal ficou situado na 11.ª posição da tabela, com 660 euros brutos num cálculo a 12 meses, a que se soma a paridade do poder de compra.

Os portugueses que auferiam então um salário mínimo de 485€ brutos mensais, mais subsídio de férias e de Natal. Este valor aumentou em outubro para 505€, e manter-se-á sem alteração até, pelo menos, dezembro deste ano.

No ano passado, o salário mínimo era de 1.576€ no Luxemburgo – o mais elevado entre os 28 Estados-membros – e de 345€ na Roménia, o mais baixo da UE. ■

Produtividade





Revisão global do ACT

Febase e IC acordam Segurança Social

Os grupos negociadores dos Sindicatos e da banca aprovaram o capítulo de Benefícios Sociais da convenção coletiva, em que se inclui o regime de Segurança Social no setor bancário. No futuro Acordo manter-se-ão todas as disposições do ACT em vigor sobre pensões de reforma

TEXTOS: **INÉS F. NETO**

O conjunto de cláusulas respeitantes às pensões de reforma e sobrevivência esteve em debate na última reunião de negociações de revisão global do ACT, que decorreu dia 24 de fevereiro.

Este clausulado está integrado no capítulo designado "Benefícios Sociais" e diz respeito ao regime de Segurança Social aplicável ao setor bancário. Além do debate da matéria em si, o que esteve em causa nesta sessão foi essencialmente a sua sistematização, tendo em vista uma mais fácil perceção do seu conteúdo pelos diferentes grupos a que se destina.

Recorde-se que por força da aprovação dos I e II Acordos Tripartidos sobre Segurança Social, existem atualmente na banca dois regimes distintos de pensões de reforma e sobrevivência: o regime de benefício definido e o regime de contribuição definida. O primeiro abrange todos os trabalhadores do setor admitidos antes de 31 de dezembro de 2007; o segundo aplica-se aos bancários entrados no setor a partir de 1 de janeiro de 2008. Esta matéria está já incluída no ACT em vigor, nomeadamente desde a sua última atualização, publicada no início de 2012.

Face ao entendimento entre as partes alcançado a 24 de fevereiro, no que respeita ao regime de benefício definido mantêm-se todas as disposições já atualmente aplicáveis aos trabalhadores abrangidos: os comumente designados por ex-CAFEB e os bancários oriundos do Banco Totta, que sempre estiveram inscritos na Segurança Social.

Ou seja, a salvaguarda da atualização das pensões de reforma e sobrevivência em percentagem igual ao aumento que for negociado para os trabalhadores no ativo, bem como a manutenção das regras sobre a aquisição do direito à reforma, calculada em função dos anos de serviço (nomeadamente o seu pagamento em 14 meses).

No caso dos bancários a quem se aplica o regime de contribuição definida, a futura convenção manterá a garantia do direito a um plano complementar de pensões, regime fixado em contribuições de 1,5% a cargo dos bancos e 1,5% da responsabilidade dos trabalhadores. Tal como agora, a verba será creditada num fundo de pensões (ou fundos) indicado pelo trabalhador.

Recorde-se que a pensão destes trabalhadores, totalmente integrados no regime geral da Segurança Social, está dependente das contribuições dos próprios e das entidades patronais para a Segurança Social.

Ainda por analisar pelas partes ficou o texto definitivo sobre a pensão dos trabalhadores que se reformem fora do setor, por entretanto terem cessado o contrato com a instituição. ■

Sindicatos exigem ajustamento nas reformas do Santander

O Santander Totta foi instado pela Febase a cumprir o ACT, procedendo a um ajustamento nas pensões idêntico ao aplicado aos trabalhadores no ativo

A instituição liderada por António Vieira Monteiro fez um ajustamento salarial aos seus trabalhadores, mas não o aplicou nas pensões de reforma e sobrevivência, como está obrigado pelo ACT em vigor.

Face a esta violação das disposições contratuais, os Sindicatos da Febase escreveram uma carta ao presidente do banco, criticando a discriminação e reclamando a reposição da legalidade – ou seja, o aumento das pensões em igual percentagem à dos salários.

Eis o teor da carta enviada:

"Exm.º Senhor,

Como é do conhecimento de V. Ex.ª, o ACT do Setor Bancário não é alterado desde 2010, nomeadamente a tabela salarial constante do Anexo II do referido Acordo.

No entanto, e como é do conhecimento geral, durante este período V. Ex.ª

tem procedido a ajustamentos salariais aos trabalhadores no ativo.

Decorre da cláusula 3.ª do ACT em vigor que as pensões de reforma são atualizadas nos mesmos termos da tabela dos ativos. Ora V. Ex.ª tem ignorado esta disposição contratual, o que está a desvirtuar o ACT, na letra e no espírito, ao discriminar os reformados ao abrigo da Segurança Social do ACT perante aos ativos, à revelia da convenção coletiva, o que revela falta de equidade entre uns e outros.

Face ao exposto, vimos reclamar idêntico tratamento para todos os trabalhadores e reformados da Instituição a que preside". ■

Em agenda para 2015

Negociar o CCT e a tabela salarial

Os Sindicatos avançarão com empenho e firmeza para as negociações deste ano, de forma a que em 2016 os trabalhadores disponham de uma convenção coletiva ainda mais atualizada e moderna

TEXTOS: **JOSÉ LUÍS PAIS***

Com o realismo adequado, fomos capazes de negociar o CCT que hoje está em vigor na atividade seguradora, tendo assim defendido os interesses dos trabalhadores e dado provas de uma capacidade de realização que nos apraz registar.

Pretendeu-se com aquela atitude dar um contributo válido para a modernização do setor, contribuindo também para a sua flexibilização sem desregulamentação, e abrindo a todos novas perspetivas, para as quais se deu um passo firme.

A negociação do CCT exigiu, para poder ter efeitos positivos, uma nova mentalidade, quer à mesa das negociações, quer nos locais de trabalho.

Sabe-se que o atual CCT representou um desafio. Pela nossa parte aceitámo-lo.

Sem tibiezas, pode afirmar-se que ele representa uma nova etapa na vida profissional dos trabalhadores da atividade seguradora.

A compensação pecuniária extraordinária; o prémio de permanência; o plano individual de reforma; a melhoria dos capitais do seguro de saúde, além de outros aspetos, mereceram a nossa atenção e permitiram soluções que cremos adequadas à nova realidade vivida nas empresas, sem o que não seria possível encarar o futuro com otimismo.

Aperfeiçoamento do contrato

Ao mesmo tempo, desbravaram-se novos caminhos, incluindo a possibilidade do aperfeiçoamento do CCT, servindo de orientação para um outro CCT que regulamente e incentive a construção de um futuro ainda mais profícuo.

Esses caminhos terão de ser percorridos já este ano, mesmo com todas as interrogações que tudo quanto é inovador sempre coloca e com todas as dúvi-

das que se levantam quando nos debruçarmos e tivermos de decidir sobre as matérias que se julgarem pertinentes.

Reconhece-se que não há soluções perfeitas e que será preciso ir, permanentemente, atualizando e melhorando.

Foi com esse espírito que entretanto se negociaram algumas cláusulas no final do ano transato (recorde-se que o CCT estava em vigor há dois anos): contribuição extraordinária para o plano individual de reforma-PIR, ainda em 2014; atualização da percentagem de contribuição das empresas para o PIR a partir de 2015; aumento do subsídio de

almoço a partir de janeiro de 2015; apoio escolar com efeitos no próximo ano letivo; melhoria da redação do prémio de permanência (permitidas 4 faltas justificadas, em vez de 3 por ano) e consideradas como justificadas as faltas que decorram de internamento hospitalar, incluindo o dia anterior e os 30 dias subsequentes à alta hospitalar, bem como as devidas a acidente de trabalho ao serviço da empresa.

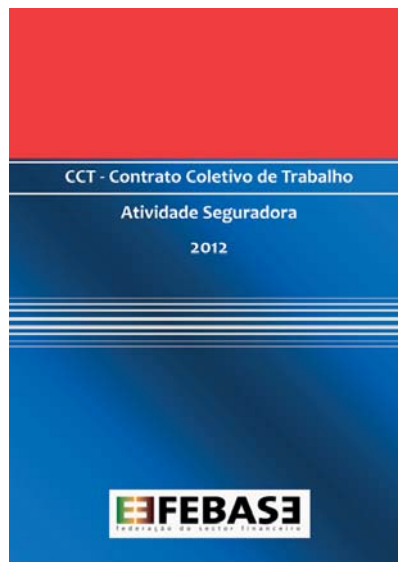
Não damos por esgotada a possibilidade de irmos mais além. Continuaremos apostados em negociar, concretamente já este ano, o CCT e a tabela salarial. Queremos fazê-lo sem demagogia, defendendo as legítimas aspirações dos trabalhadores, tendo em vista a problemática resultante das mutações reais havidas e que, necessariamente, vão processar-se a um ritmo cada vez mais rápido.

Estamos preparados para o fazer e sabemos não serem objetivos inalcançáveis.

Mas também sabemos que não é sem atualização salarial que se atingirão os objetivos pretendidos.

Será com empenho e firmeza, fonte decisiva, que avançaremos para as negociações que se encontram agendadas para este ano, de forma que em 2016 possamos ter um CCT ainda mais atualizado e moderno. ■

*Vice-Presidente do STAS



Despedimento coletivo e negociação individual

Perante o enquadramento legal e a necessidade de ajustar o despedimento coletivo aos seus pressupostos, as entidades patronais financeiras têm optado por negociar individualmente com os trabalhadores

TEXTO: JOSÉ PEREIRA DA COSTA*



I

O Direito do Trabalho assenta numa premissa essencial que não pode ser esquecida pelo mais incauto dos legisladores: a relação jurídica é desequilibrada, porque desequilibrada é a relação económica entre patrão e trabalhador.

Este desequilíbrio atípico do Direito do Trabalho, não acolhido nos princípios primários do Direito Civil (que assenta na igualdade das partes), não só foi sendo aceite pela sociedade, como foi acolhido como princípio constitucional do Estado de Direito Democrático e conformador da moderna sociedade democrática.

Assim, no âmbito do Direito do Trabalho, o trabalhador deve ser protegido pela Lei geral, evitando-se, assim, que o desequilíbrio económico se acentue na relação jus-laboral.

Deste modo, historicamente, sublinhamos, a Legislação laboral dos modernos estados democráticos foi concebida de forma a atenuar a desigualdade entre iguais. Tanto assim foi que, no âmbito da construção europeia, se admitiu que os países menos desenvolvidos e com piores salários, por exemplo, tivessem legislações laborais mais desequilibradas, a favor do trabalhador. Ou seja, quanto mais desequilibrada for a relação económica em-

presarial, mais protegido deve ser o trabalhador pelo Direito. Esta é, aliás, a máxima em que assentou a construção do Direito do Trabalho na democracia portuguesa.

Sucede, porém, que esta política legislativa a que se assistiu desde o fim da 2.ª Guerra Mundial e que nos (Europa) levaria ao chamado Estado de Bem-Estar social, sofreu nos últimos anos uma erupção vulcânica, assistindo-se, ao invés, à revogação expressa dos direitos laborais que os trabalhadores tinham conquistado ao longo de décadas.

II

É nesta problemática que se insere um tema de debate que tem ocupado a primazia nas discussões no setor que aqui nos traz: negociação individual ou despedimento coletivo?

Na verdade e face à crise financeira que se abateu sobre a Europa no fim da pretérita década, quer os países quer as instituições financeiras foram obrigadas a reestruturarem-se, assumindo compromissos com as entidades financiadoras que se estenderam para além do pagamento *tout court*. Ou seja, o financiador não se limitou a exigir o pagamento do crédito e os respetivos

juros: exigiu que o financiado se reestruturasse nos termos que definiu. Exigiu, para financiar, que os Estados e as entidades financeiras se submetessem a um conjunto de regras impostas.

Entre outros aspetos das reestruturações, a redução do número de trabalhadores nas instituições financeiras foi, desde logo, imposta como condição irrenunciável.

É, assim, esse o ponto de partida para o que aqui nos traz, esperando responder a muitas das dúvidas que os trabalhadores nos têm colocado: por que é que as entidades patronais têm proposto as negociações individuais de despedimento, invocando como alternativa o despedimento coletivo, qual espada de Dâmocles do trabalhador?

Embora não ajuizemos intenções, a resposta está, certamente, na natureza jurídica do despedimento coletivo.

Se o despedimento individual é a rutura da relação laboral entre a entidade patronal e o trabalhador, o despedimento coletivo, objetivo e global, pode ser considerado a bomba atómica das relações laborais, na medida em que atinge, indiscriminadamente, um número alargado de trabalhadores, invocando motivos objetivos e, por isso, causas externas aos trabalhadores afetados pelo despedimento.

No fundo, o fim de uma relação laboral com utilização desse expediente legal não tem como causa uma situa-



ção individual, identificável e interna, mas sim uma causa objetiva, externa e, muitas vezes, só identificável se analisarmos o conjunto dos afetados e as suas posições jurídicas na empresa.

Esse despedimento, caracterizado no artigo 359.º do Código do Trabalho (considera-se despedimento coletivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador e operada simultânea ou sucessivamente no período de três meses, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respetivamente, de microempresa ou de pequena empresa, por um lado, ou de média ou grande empresa, por outro, sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento de uma ou várias secções ou estrutura equivalente ou redução do número de trabalhadores determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos), deve ser fundamentado e deve respeitar os requisitos legais. São esses, salientamos, que são aferidos e é o seu cumprimento que é ajuizado – e não quaisquer outros requisitos ou imposições externas à Lei.

Ou seja, só se forem verificados os requisitos legais pode o despedimento ser efetivado – ou melhor, pode o despedimento ser legal. A saber:

a) Motivos de mercado – redução da atividade da empresa provocada pela diminuição previsível da pro-

cura de bens ou serviços ou impossibilidade superveniente, prática ou legal, de colocar esses bens ou serviços no mercado;

- b) Motivos estruturais – desequilíbrio económico-financeiro, mudança de atividade, reestruturação da organização produtiva ou substituição de produtos dominantes;
- c) Motivos tecnológicos – alterações nas técnicas ou processos de fabrico, automatização de instrumentos de produção, de controlo ou de movimentação de cargas, bem como informatização de serviços ou automatização de meios de comunicação.

Neste enquadramento legal, as entidades patronais que optem por reduzir o número de trabalhadores utilizando este expediente legal devem observar, antes de tudo, estes pressupostos legais.

Perante este enquadramento e perante a necessidade de enquadrar o despedimento coletivo nos pressupostos, as entidades patronais financeiras têm optado por negociarem individualmente com os trabalhadores, seja através de negociações individuais *stricto sensu*, seja através de negociações coletivas com acordos individuais, em vez de avançarem, desde logo, para o despedimento coletivo.

Para mais, através da negociação individual ou coletiva, os trabalhado-

res têm assegurado contraprestações ao despedimento mais favoráveis do que no caso da compensação por despedimento coletivo que, relembramos, tem sido reduzida, na tendência revogatória (e a nosso ver inconstitucional) de direitos dos trabalhadores, ano após ano.

III

Evidentemente que este processo é doloroso e o caminho percorrido não é isento de dificuldades: podemos assistir, e não falamos apenas no nosso setor mas no mundo do Direito do Trabalho, à ameaça de utilização do despedimento coletivo como forma de pressionar trabalhadores a negociarem o seu despedimento por mútuo acordo.

Perante, então, a chamada para negociação, o trabalhador não pode hesitar e deve, desde o início, defender os seus direitos, compreendendo se a situação da entidade patronal é suscetível de ser objeto de tal despedimento.

No mundo do Direito trabalhamos com dados legais e impressões jurisprudenciais. Se é verdade que neste âmbito a malha legal e jurisprudencial tem alargado, permitindo-se, hoje, despedimentos coletivos que não seriam permitidos há poucos anos, não deixa de ser inteiramente verdade que os requisitos e pressupostos legais estão caracterizados e devem ser preenchidos para que o despedimento possa operar.

Não é porque se invoca a suscetibilidade de despedir coletivamente que a lei o permite, nem é porque se assumiu uma obrigação com terceiros, que os Tribunais o admitem. Este, que é, como dissemos, a bomba atômica das relações laborais, só poder ser utilizado nos termos da Lei e no respeito escrupuloso da ética empresarial dos Estados de Direito Democráticos.

Se a empresa, enquanto estrutura dinâmica, deve ser analisada, legalmente, no desequilíbrio de posições entre trabalhador e entidade patronal, não podemos abrir mão da aferição jurisprudencial para a caracterização do mais gravoso dos despedimentos: o despedimento coletivo é o último escape para a sobrevivência empresarial, sim, mas nunca uma alternativa entre outros meios. ■

*Advogado do SBSI



Novamente exigidos aumentos salariais

O Secretariado da Febase aprovou a reivindicação de uma atualização salarial para 2015 nos setores bancário e segurador

Texto: **INÊS F. NETO**

Nos últimos anos os trabalhadores do setor financeiro – banca e seguros – não têm visto os seus vencimentos atualizados. O Secretariado da Febase, na sua última reunião, considerou que a situação não pode continuar, pelo que decidiu, a exemplo do que tem sido feito, reclamar um aumento salarial para este ano.

A reivindicação não é nova e os Sindicatos tomaram já como questão fundamental conseguirem um ajustamento nos salários dos trabalhadores que representam. Este assunto está na agenda da Federação para as mesas negociais dos setores bancário e dos seguros.

Na negociação do CCT da atividade seguradora, que se iniciará este ano, a revisão da tabela é uma das reivindicações a ser apresentada pelo STAS e pelo SISEP, pois há cinco anos que não há atualização.

Também os Sindicatos dos Bancários voltaram a formular a mesma exigência, à semelhança do que têm vindo a fazer desde 2011.

Recorde-se que em 2011 foi feita uma proposta de aumento salarial às instituições subscritoras do ACT, que responderam com uma rejeição, argumentando falta de condições. Simultaneamente, denunciaram a convenção em vigor.

Desde então, e no decorrer das negociações de revisão do acordo coletivo, os Sindicatos dos Bancários têm anualmente insistido na necessidade de se proceder a um ajustamento na tabela – matéria nunca posta de lado pelas IC, para quem este assunto é indissociável do processo negocial em curso.

Sinais positivos

Depois de quatro anos consecutivos sem atualização salarial no setor bancário – de 2011 a 2014 – e cinco no segurador, a Febase considera que este ano o ajustamento tem de ser feito, tanto mais que a banca tem estado a recuperar e as perspetivas futuras são positivas, face aos indicadores económicos do País.

A economia portuguesa começou a recuperar de uma das maiores recessões das últimas décadas, com o aumento do PIB e a previsão de crescimento. De facto, os indicadores macroeconómicos apontam para um aumento de 2% do PIB entre 2012 e 2016, sendo de 1,5% este ano.

Do mesmo modo, estima-se um crescimento de 4,9% da produtividade aparente do trabalho no período temporal de referência.

Pelo contrário, entre 2010 e 2104 registou-se um aumento de 8,2% dos preços médios, o que significa que, embora a taxa de inflação seja agora negativa, os trabalhadores têm vindo a perder poder de compra.

Banca em melhores condições

Além das previsões sobre a economia nacional – que se refletirão, natu-

ralmente, no negócio bancário – também a banca apresenta já indicadores positivos. Isso mesmo se conclui de uma análise realizada às contas dos bancos através da recente divulgação de resultados. E independentemente dos números apresentados, todos anunciaram lucros já para este ano.

Ou seja, apesar de ainda se sentir o impacto da crise financeira, o setor bancário já apresenta sinais de recuperação económica, tendo-se vindo a verificar uma evolução positiva na rentabilidade do setor.

Entre os indicadores bancários positivos, destaque-se a redução de custos operacionais desde 2010, conseguida em grande parte à custa do emprego dos trabalhadores. De 2011 a 2013, as instituições bancárias diminuíram os seus recursos humanos em cerca de 6% e o seu número de balcões em quase 12% – prova inegável de uma considerável redução a nível de custos, o que permitiu reequilibrar os seus rácios de *cost to income*.

Refira-se que só em 2014 o rácio *cost to income* sofreu uma redução de 20,9% face ao período homólogo, o que indicia o aumento da rentabilidade dos bancos nos próximos trimestres.

Por outro lado, a diminuição acentuada do rácio de transformação (créditos-depósitos) em 83% desde 2011 demonstra que o financiamento do crédito venha a ser feito quase totalmente através dos recursos captados.

Razões mais do que suficientes para que as IC não rejeitem o ajustamento salarial reivindicado pelos Sindicatos dos Bancários da Febase. ■

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

Os salários dos grandes patrões aumentam



Autor: Clou

As desigualdades do capitalismo

Thomas Piketty escreveu um livro sobre o sistema de produção e distribuição da riqueza no quadro do capitalismo que rapidamente se transformou num bestseller mundial. Elogiado e criticado em doses (quase) iguais, a verdade é que ninguém ficou indiferente à obra de quase mil páginas. Numa análise que abrange três séculos e mais de uma vintena de países, o economista francês e a sua equipa de investigadores demonstram que a repartição de riqueza é desigual e explicam os mecanismos que sustentam uma sociedade de herdeiros concentrada nas mãos de muito poucos, pondo em causa os fundamentos meritocráticos da democracia

Não é habitual um livro sobre um tema à partida árido como a acumulação e distribuição de riqueza ter um enorme impacto social e entrar na lista dos mais vendidos. Mas foi o que aconteceu com *O capital* do século XXI, de Thomas Piketty, professor nas francesas École des Hautes Études en Sciences Sociales e École d'Économie de Paris.

A obra do economista francês, já editada em Portugal, tem dominado o debate e sido alvo de muitas críticas, a favor e contra o seu quadro teórico. Entre os defensores, contam-se os prémios Nobel Paul Krugman, Joseph E. Stiglitz e Robert Merton Solow, o especialista em desenvolvimento e desigualdade Branko Mila-

novic ou o antigo conselheiro de Barak Obama Lawrence Summers.

Os detratores são sobretudo economistas da corrente neoliberal, embora muitos dos de pensamento mais à esquerda considerem o autor demasiado complacente com o capitalismo – pois defende o modelo como fator de desenvolvimento e criação de riqueza e não propõe um sistema alternativo.

Críticas à parte, o livro tem captado o interesse de um público heterogéneo de não especialistas, o que eventualmente explica o seu sucesso.

E esse foi o objetivo de Piketty, como explica na introdução: "A repartição da riqueza é uma questão demasiado importante para ser deixada apenas a economis-



Autor: Kurt Vangheluwe

tas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a toda a gente, e ainda bem".

O livro é uma espécie de história económica em versão de quase romance, abrangendo três séculos e uma vintena de países desenvolvidos. Considerando necessário "voltar a pôr a distribuição da riqueza no centro da análise", o autor defende que tal só é possível reunindo "o máximo de dados históricos que permitam a melhor compreensão das evoluções do passado e das tendências em curso". É o que faz.

Portugal merece apenas uma breve referência relativa à especulação sobre as taxas de juro, que afetou o País bem como a Grécia e a Irlanda. No entanto a sua economia foi analisada e contou para ▶



Graças a esta tecnologia podemos suprimir até 3000 postos de trabalho por dia

► o cômputo europeu, sendo o estudo da autoria do investigador da equipa Facundo Alvaredo, que escreveu um capítulo sobre o tema num outro livro (Alvaredo, Facundo (2010). "Top Incomes and Earnings in Portugal 1936-2005"; in Atkinson, A. B. and Piketty, T. (editors) Top Incomes: A Global Perspective, Oxford University Press, 2010, chapter 11).

O capital no século XXI dá aos leitores a possibilidade de acompanharem a obra através de um anexo técnico na internet, onde podem ser consultados os dados nacionais (<http://topincomes.parisschoolofeconomics.eu/#Country:Portugal>).

Tudo (ou quase) é capital

O estudo histórico e comparativo de Thomas Piketty sobre os países desenvolvidos – cujo período temporal vai de 1870 a 2010 – veio perturbar o pensamento económico ao compilar, comparar e analisar pela primeira vez uma série de dados sobre a desigualdade económica no modelo capitalista.

Para melhor compreender e estudar o capitalismo, o economista francês grafa o conceito de capital num sentido lato, significando património ou riqueza – ou seja, todo o "ativo" em que seja possível investir e que proporciona um retorno, explícito ou implícito. Para alcançar melhor esta noção, refira-se que uma habitação própria proporciona um retorno implícito, pois evita ao seu proprietário ter de pagar aluguer.

Piketty não se limita à habitual análise da desigualdade apenas como um fenómeno decorrente dos rendimentos do trabalho, mas inclui as diferenças na divisão da riqueza, considerando que só

deste modo é possível compreender os mecanismos que a explicam.

Com base nesse princípio e após o estudo efetuado, o autor demonstra a existência de um padrão no sistema capitalista que origina profundas desigualdades na repartição da riqueza, pois assenta numa base em que a taxa de rendimento do capital é, em média, superior à taxa de crescimento da produção – independentemente da desigualdade inicial gera sempre acumulação e concentração de capital nas mãos de uma pequeníssima percentagem de famílias.

Simplificando, significa que face a este "mecanismo de acumulação patrimonial", não só o rendimento sobre o capital tende a crescer percentualmente em relação à totalidade do rendimento nacional (sobretudo em períodos de crescimento fraco), como as maiores fortunas do passado tendem a tornar-se ainda maiores no futuro – "o passado tende a devorar o futuro", como afirma Piketty.

Sempre foi assim (exceto em fases excecionais como as duas guerras mundiais ou nos subsequentes 30 gloriosos anos da criação de Estados sociais e de políticas fiscais mais redistributivas) e continua a ser, denuncia o economista que, numa análise prospetiva, admite que assim continuará. Defende, em contrapartida, uma alteração profunda através de uma reforma do sistema fiscal e da introdução de um imposto progressivo sobre o capital, caminhos para a redução das iniquidades e para a renovação da democracia.

Sociedade de herdeiros

Para o autor, o capitalismo é uma "sociedade de herdeiros", caracterizada "a um tempo por uma fortíssima concentração patrimonial e por uma grande perenidade no tempo e ao longo de gerações desses patrimónios elevados".

Basta, assim, que "os herdeiros realizem uma limitada parte de poupança no rendimento do seu capital para que este cresça mais depressa do que a economia no seu conjunto".

E, como empiricamente é demonstrado, a taxa de rendimento do capital permitir níveis de poupança que o rendimento do trabalho não proporciona. "É quase inevitável que os patrimónios herdados dominem largamente sobre os patrimónios constituídos no decurso de uma vida de trabalho, e que a concentração do capital atinja níveis extremamente elevados e potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e com os princípios de justiça social que são o fundamento das nossas sociedades democráticas modernas".

A importância da política

Piketty retira várias conclusões da sua investigação, a primeira das quais a inexistência de determinismo económico. "A história da distribuição da riqueza é sempre uma história profundamente política e não poderia ser reduzida a mecanismos puramente económicos. Em particular, a redução das desigualdades observada nos países desenvolvidos entre os anos 1900-1910 e os anos 1950-1960 é antes do mais o produto das guerras e das políticas levadas a cabo na sequência desses embates".

Da mesma forma, explica o autor, "a subida das desigualdades desde os conflitos dos anos 1970-1980 deve muito às reviravoltas políticas ocorridas nas últimas décadas, nomeadamente em matéria fiscal e financeira.

Significa isto, diz o autor, que "a história das desigualdades depende das representações dos atores económicos, políticos e sociais sobre o que é justo e o que não o é, das relações de poder entre esses atores, e das escolhas coletivas que daí decorrem; essa história tem a forma que lhe dá o conjunto dos atores envolvidos".

Convergência ou divergência

Por outro lado – e essa é a tese central do livro – "a dinâmica da distribuição da riqueza põe em jogo mecanismos poderosos que, de forma alternada, puxam no sentido da convergência e da divergência, e não existe nenhum processo natural e espontâneo que permita evitar que as tendências desestabilizadoras e geradoras de desigualdades prevaleçam no longo prazo".

Thomas Piketty identifica diversos mecanismos que impelem à convergência e à divergência. Relativamente aos que vão no sentido da redução e compressão das desigualdades, refere em primeiro lugar o processo de difusão do conhecimento e de investimento na qualificação e na formação, e ainda a lei da oferta e da procura e a mobilidade do capital do trabalho.

Do ponto de vista teórico salienta duas "crenças otimistas" das sociedades modernas: a racionalidade tecnicista que "conduzirá mecanicamente ao triunfo do capital humano sobre o capital financeiro e imobiliário" e a substituição da "luta" de classes" pela "luta de gerações" devido ao prolongamento da longevidade. Mas infelizmente, diz, embora essas transformações sejam plausíveis de um ponto de vista estritamente teórico, "tiveram em parte lugar, porém em proporções muito menos significativas do que por vezes somos levados a



crer". Na verdade, o capital parece quase tão indispensável no séc. XXI quanto era no séc. XVIII "e não podemos excluir que venha a sê-lo ainda mais". Do mesmo modo, "hoje como ontem as desigualdades patrimoniais são sobretudo desigualdades no seio de cada grupo geracional".

Quanto aos mecanismos de divergência, ou seja, de alargamento e amplificação das desigualdades, o economista destaca a ausência de adequado investimento na formação (contrariando a principal força de convergência), mas tam-

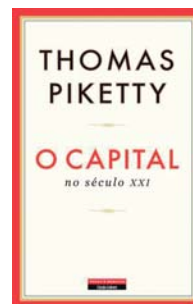
bém o processo de obtenção de remunerações mais elevadas e, sobretudo, o processo de acumulação e concentração de património num período de fraco crescimento e elevada rentabilidade do capital, como o que se vive atualmente. Este último mecanismo constitui "a principal ameaça para a dinâmica da distribuição da riqueza a mais longo prazo".

À espera do futuro

O futuro não tem obrigatoriamente de perpetuar a reprodução deste modelo de fortes desigualdades, defende o autor. Porque não existe determinismo económico e a distribuição da riqueza é fundamentalmente política.

Mas poderá acontecer, se não houver transformações sérias nos próximos anos, pois o capitalismo só gera taxas elevadas de crescimento económico em períodos de recuperação, crescimento populacional e de inovação tecnológica – e esta não é a realidade.

Se se mantiver o modelo atual em que a taxa de rendimento do capital é superior



O capital no século XXI

Thomas Piketty
Temas e Debates/Círculo de Leitores
24,40€

à taxa de crescimento da produção, e seguindo o padrão demonstrado por Thomas Piketty, os países desenvolvidos voltarão a ter níveis de desigualdades tão injustos e antidemocráticos como os da "Belle Époque": o valor dos patrimónios privados atingirá o correspondente a seis/sete anos de rendimento nacional. ■

Disparidade em português

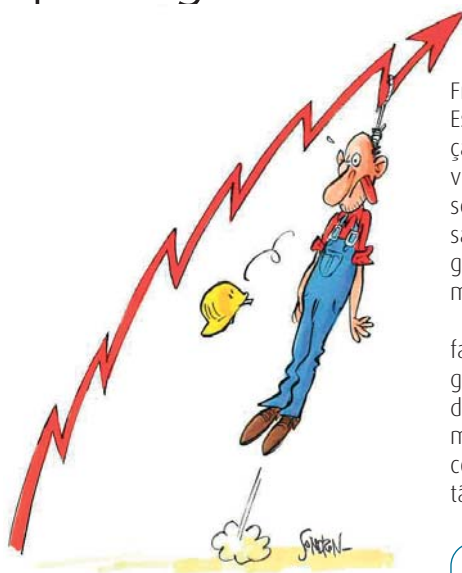
O nível de concentração do rendimento mais do que triplicou em Portugal nas últimas três décadas

A acumulação económica no topo tem aumentado sobremaneira em Portugal, segundo a investigação desenvolvida por Frederico Cantante, do Observatório das Desigualdades.

A conclusão foi apresentada em meados de janeiro no colóquio "Desigualdades em Debate 2015", que decorreu no ISCTE, em Lisboa, e na qual participaram diversos sociólogos e economistas.

No painel intitulado "Agravamento das desigualdades no século XXI: o 'debate Piketty', Frederico Cantante adiantou que Portugal é um dos países mais desiguais entre os Estados da União Europeia e da OCDE, com uma enorme acumulação no topo da escala salarial.

"Há uma disparidade muito elevada destes trabalhadores do setor privado em relação ao salário médio do País", sublinhou, acrescentando que "à medida que analisamos grupos mais restri-



O aumento do desemprego

tos (no topo), o nível salarial dispara brutalmente".

Segundo o investigador, entre 1985 e 2012 registou-se, em Portugal, "um aumento brutal do nível de concentração do ganho salarial no grupo do topo. A concentração mais do que triplicou em 30 anos".

Referindo-se ao livro de Thomas Piketty, Frederico Cantante lembrou que se nos Estados Unidos o aumento da concentração salarial se deve aos hipervalorizados vencimentos aos quadros superiores do setor financeiro e dos gestores de empresa, "em Portugal os diretores-gerais e gestores têm também uma presença muito representativa".

Por fim, aludindo à riqueza média das famílias portuguesas em 2010, o investigador revelou que a média e a mediana dos 10% mais ricos atingia, respetivamente, de 805 e 482, enquanto a dos 10% com rendimentos mais elevados era então de 511 e 213. ■

Impactos negativos

O investigador português Frederico Cantante identificou diversos impactos negativos das desigualdades, entre os quais:

- Acumulação de desigualdades;
- Obstáculo à mobilidade social;
- Riscos para a democracia;
- Instabilidade financeira;
- Efeitos multidimensionais das desigualdades económicas.



Manuela Viola junto
à foto vencedora

FotoFebase 2014

"Flores da Primavera" vence concurso

O número de participantes tem aumentado de ano para ano, o que dificulta a tarefa do júri dada a enorme qualidade das fotografias apresentadas. A organização quer ver a iniciativa crescer ainda mais

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A entrega de prémios do concurso FotoFebase decorreu no dia 24 de fevereiro, no Museu do SBI, em Lisboa. Em grande destaque estiveram as fotografias vencedoras de prémios e de menções honrosas. As 120 finalistas passaram igualmente num ecrã montado para o efeito.

Esta é uma iniciativa que tem crescido a olhos vistos, tendo cada vez mais participantes que contribuem com fotografias de grande qualidade.

Imogen Cunningham foi uma fotógrafa norte-americana que se notabilizou pelas fotografias de temas botânicos, de nus e de cenas urbanas. Certo dia perguntaram-lhe qual era a sua fotografia favorita. Cunningham foi perentória: "Aquela que vou tirar amanhã".



Rui Gonçalves foi distinguido com o 1.º e o 2.º prémios na categoria "Coisas e Gentes da Minha Terra"

É esta busca pela perfeição do próximo retrato que motiva os fotógrafos, sejam profissionais ou amadores. Os concorrentes do FotoFebase não fogem à regra, usando a câmara para captar os momentos que os seus olhos viram em primeiro lugar.

"Flores da Primavera", de Manuela Viola, foi considerada a melhor fotografia do concurso, tendo conquistado também o 1.º prémio na categoria "Livre". O 2.º prémio coube a Luís Rego, com o retrato "Não Falem Com Estranhos".

Já na categoria "Coisas e Gentes da Minha Terra", a escolha recaiu em "Arco da Rua Augusta, outro olhar", de Rui Gonçalves, ele que também venceu o 2.º prémio com a fotografia "Portugalidades".

O júri decidiu ainda atribuir menções honrosas a "Vícios", de Paulo Jorge, e "Janela do Tempo", de Francisco Oliveira, na categoria "Coisas e Gentes da Minha Terra".

"Reflexos", de Jorge Araújo, e "Divisão de Águas", de José Canelas, também foram contemplados no tema "Livre".



Projeto é para continuar

António Fonseca, da organização, foi o primeiro a usar da palavra, referindo ser sempre um prazer quando o resultado final do concurso salta à vista.

Este ano, cerca de uma centena de sócios dos Sindicatos da Febase aceitaram o repto, e ao longo de 10 meses enviaram muitas e boas fotografias. Cabe ao júri, composto por elementos ligados à fotografia e ao design, a difícil tarefa de escolher as melhores.

António Fonseca fez ainda um apelo à participação dos sócios no concurso deste ano, "porque queremos muitas fotografias para que possa haver diversidade", concluiu.

Aníbal Ribeiro também marcou presença na cerimónia. O secretário-geral da Febase fez questão de dizer que esta entrega de prémios é merecida para todos os participantes.

Afirmando-se satisfeito por a organização da iniciativa estar em boas mãos, Aníbal Ribeiro fez questão de dizer que este projeto é para continuar e com cada vez mais participantes dos vários Sindicatos, embora admita que os tempos que se vivem não sejam fáceis. "Estamos empenhados em que este concurso continue a ser uma realidade".

Vencedora orgulhosa

O que move os participantes é, acima de tudo, o gosto pela fotografia, pelo que não é de estranhar que os vencedores tenham mostrado surpresa quando souberam que tinham sido os premiados.

Manuela Viola é reformada do BES e dedica-se à fotografia há vários anos. Instada a contar a história por detrás de "Flores da Primavera", explica que "é de uma flor de umas árvores ao pé de minha



A cerimónia decorreu no Museu do SBSI

casa, que dão aquelas flores na Primavera. Um dia passei lá, peguei numa, levei para casa e tirei uma série de fotografias".

No entanto, quando tirou a fotografia estava longe de imaginar que receberia um prémio pela mesma. "Vi o blogue, achei piada e comecei a mandar. Quando me telefonaram a dizer que tinha ganho eu juro que nem sabia qual era o prémio. Nem queria acreditar", explicou Manuela Viola, cujo gosto na fotografia incide essencialmente no macro.

Lisboa retratada

Rui Gonçalves dominou o tema "Coisas e Gentes da Minha Terra". O "Arco da Rua Augusta, outro olhar" valeu-lhe o primeiro prémio. "Ia num passeio pela Baixa e este é um monumento que estamos habituados a ver numa outra perspetiva. Ao passar olhei para cima, não é habitual ter esta perspetiva e chamou-me a atenção porque estava uma luz interessante para a fotografia. Olhei para cima e imaginei-a assim", explicou.

O bancário do Millennium bcp confessa a motivação de concorrer e admite que existe sempre uma expectativa de receber um prémio ou menção honrosa. "O

Prémios fomentam continuidade

Os prémios atribuídos aos vencedores acabam por ajudar a fomentar o gosto pela fotografia e incitar os sócios dos Sindicatos da Febase a continuarem a participar no concurso.

Assim, os vencedores de cada tema levaram para casa material digital/fotográfico no valor de 500€, enquanto os segundos classificados receberam material no valor de 250€.

O prémio para a melhor fotografia a concurso foi material fotográfico/digital no valor de 150€. Todos os concorrentes receberam um certificado de participação.

facto de concorrer e ser um dos selecionados é um motivo de satisfação pessoal".

O gosto pelos monumentos nacionais está também evidente em "Portugalidades", onde a junção do Cristo-Rei, da Ponte 25 de Abril e da Torre de Belém criou uma fotografia única, tirada junto à Fundação Champalimaud, e que valeu o 2.º prémio. "O próprio título indica isso, conseguir numa única imagem captar a portugalidade. São marcos da nossa História e com este pano de fundo e esta parte lateral quis distinguir o contemporâneo do mais antigo", referiu.

Rui Gonçalves olha com orgulho para o seu trabalho, explicando ao pormenor as exigências de uma fotografia tirada de noite. "Teve de ser com tripé e tive de fazer um enquadramento devido ao cuidado que a fotografia noturna carece. Tive de fazer medições porque tem contrastes enormes, as partes laterais com mais luz e a de fundo com menos", finalizou.

O concurso FotoFebase 2015 já arrancou. Envie as suas fotografias para fotofebase@febase.pt com o nome e apelido do participante, Sindicato ao qual pertence, n.º sócio, telefone de contacto, tema e título da fotografia e lugar e data onde foi tirada. ■



Luís Rego recebe o prémio por "Não Falem Com Estranhos"



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de fevereiro



"Água"
Mário Amaral



"Acordar dourado"
José Canelas



"Destinos"
Carlos Santos



"Nó"
Emanuel Pontes



"Cacau doce amargo"
António Tiago



"Em botão"
Emanuel Pontes



"Primavera"
Ana Felicidade



"Flor de amendoeira"
José Barreiro



"X"
Carlos Santos



"A estrela do rio"
Francisco Oliveira



"O comboio na linha n. 2 destino-se a..."
Pedro Biu



"Perdido no dourado"
José Canelas



Primeira Caminhada de 2015

Lisboa vista de braços abertos

Foi a partir do icónico Cristo-Rei que se deu o pontapé de saída para mais um ano de Caminhadas Febase. Meia centena de participantes disse presente

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Um dia antes da primeira caminhada Febase de 2015, a capital acordou com a ameaça de aguaceiros, o que faria prever uma estreia abençoada para o dia seguinte.

No sábado, 21 de fevereiro, a chuva desapareceu mas a bênção manteve-se, ou não fosse o ponto de encontro o Cristo-Rei, em Almada.

Num dia soalheiro, porém com chuva e frio, cerca de meia centena de caminhadores concentrou-se a partir das 9h00 no Santuário Nacional.



As primeiras "chapas" começaram a ser tiradas, aproveitando a conjugação do fator tempo com a magnífica vista sobre a cidade de Lisboa, de onde saltava à vista a ponte 25 de Abril, naquela manhã ainda com pouco tráfego. A menos habitual vista sobre este elo entre as duas margens acabou por ser o primeiro motivo de satisfação para todos os presentes.

Depois do habitual briefing, onde a organização explicou a duração da caminhada e deu conta dos locais de passagem, os cinquenta bravos meteram pés ao caminho, percorrendo a zona urbana desde Almada até Cacilhas, seguindo pela parte ribeirinha até chegarem novamente ao ponto de partida.

Muitos pontos de interesse

Nem só de passos largos se fez a primeira caminhada do ano. Ao longo do percurso, os participantes passaram por vários pontos de interesse desde a Fragata D. Fernando II e Glória, com o seu histórico de viagens e anos de serviço, ao famoso submarino Barracuda.

Durante um sábado muito bem passado, os caminhadores visitaram ainda o Farol e o Chafariz de Cacilhas, as igrejas de Nossa Senhora do Bom Sucesso e do Pragal, o Castelo de Almada, a Igreja Ermida do Mártir São Sebastião, a Fonte da Pipa, o Miradouro da Boca do Vento, a Casa da Cerca e o Seminário de S. Paulo.

Para tornar esta caminhada num sucesso ainda maior, muito contribuiu a amabilidade da Câmara Municipal de



Almada, que disponibilizou uma guia para acompanhar todo o percurso. Margarida Maciel, do Posto de Turismo da Costa de Caparica, foi inexcelável na apresentação e explicação dos vários pontos históricos visitados, tendo enriquecido a iniciativa com informações sempre pertinentes e dando a conhecer aos participantes muitos pormenores até então desconhecidos pela maioria.

No final, o cansaço dos participantes estava encoberto pela satisfação de completar a primeira caminhada do ano e pelos conhecimentos adquiridos ao longo da mesma. ■

Próximo percurso

Consulte o calendário das caminhadas em <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/>. A próxima é no dia 21 de março, em Olhos d'Água: A nascente do Alviela (Alcanena). Inscreva-se já!





TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

Campanha de Sindicalização

Sindicato visita balcões

Estes contactos com os trabalhadores visam, acima de tudo, reforçar os laços de fidelização dos bancários ao seu Sindicato, esclarecendo dúvidas e prestando informação

Está já em fase de conclusão uma visita programada aos balcões do SBC, cobrindo toda a sua área geográfica. Esta ação visa, em primeiro lugar, o fortalecimento das relações de proximidade e de contacto pessoal com todos os trabalhadores, ao mesmo tempo que se procede à habitual distribuição dos tapetes para o "rato" dos computadores.

Simultaneamente procede-se à atualização dos trabalhadores por balcão,



pois a grande mobilidade que se tem vindo a verificar na banca, principalmente nos bancos de maiores dimensões, leva a que esta atualização se faça obrigatoriamente com alguma regularidade para que os cadernos estejam atualizados. Os dirigentes sindi-



O associado do Montepio Geral também capturou o maior exemplar



Surfcasting

António Oliveira vence 1.ª prova

OSBC deu início à sua temporada desportiva com a primeira de duas provas, que se realizou dia 21 de fevereiro na Figueira da Foz. Como tem vindo a acontecer nos últimos anos, esta prova realizou-se sob condições atmosféricas nada boas para a prática desta modalidade. Com efeito, o mar apresentava uma ondulação muito forte, com ondas superiores a três metros e com um vento de extrema intensidade, com rajadas superiores a 50 quilómetros.

Apesar do frio, do vento e da força do mar, os pescadores, esforçadamente e com grande espírito competitivo, lograram a obtenção de boas capturas, especialmente de robalos.

Efetuada as pesagens, a balança ditou que António Oliveira, do Montepio Geral, se classificasse em primeiro lugar, tendo também capturado o maior exemplar, um robalo de bom porte, seguindo-se Pedro Veiga, Rui Nunes, Vítor Malheiros, Davide Faria, António Gonçalves e Rui Prata.

A segunda e última prova disputou-se na deslumbrante baía de São Martinho do Porto, a 14 de março, tendo ficado conhecidos os representantes do Sindicato dos Bancários do Centro à final nacional, que se realizará em Espinho. Dos resultados dar-se-á conta em próximas edições. ■

cais aproveitam ainda para recolher e atualizar as moradas eletrónicas em falta, de forma a que a comunicação com os associados se possa fazer utilizando este meio mais rápido, eficaz e de custos bastante reduzidos.

Estes contactos com os trabalhadores visam, acima de tudo, encontrar e reforçar os laços de fidelização dos trabalhadores ao seu Sindicato, esclarecendo dúvidas, fazendo o ponto da situação relativamente às negociações do ACT, elencar e relevar todos os serviços que o SBC pode prestar aos seus associados, elegendo delegados sindicais onde tal se justifique e reforçando o papel do SAMS na vida dos trabalhadores bancários.

Geralmente é na área do SAMS que surgem as maiores dúvidas, pois como sistema de prestação integrada de cuidados de saúde, que abrange mais de uma dezena de milhar de utentes, a sua organização complexa gera por vezes dúvidas que compete desfazer e esclarecer. ■



SBC comemora 80 anos sob o signo do sindicato único

Bancários Centro



Muitos associados, dirigentes e convidados marcaram presença na sessão solene de aniversário, dominada pelo tema na ordem do dia dos bancários: o sindicato e o SAMS únicos, de âmbito nacional



Os dirigentes dos Sindicatos da Febase juntaram-se aos do SBC na comemoração

Com uma sessão solene à qual compareceram mais de duzentos associados, grande número de antigos dirigentes desta casa e muitos convidados, quer da área do sindicalismo democrático quer da sociedade civil, o Sindicato dos Bancários do Centro comemorou a prolecta idade de 80 anos, num ambiente de grande exaltação e confraternização, e que foi dominado por um tema que está na ordem do dia dos bancários em geral e dos seus dirigentes em particular: o tema do sindicato e do SAMS únicos, de âmbito nacional.

Com excepção do líder do SBN, todos os dirigentes da Febase presentes abordaram este tema e, em unísono, afirmaram que é um passo em frente que o setor financeiro da banca e dos seguros tem que dar, face à debilidade atual dos sindicatos, confrontados, por um lado, com a diminuição de trabalhadores e, por outro, com as fusões a tornarem os bancos cada vez maiores e a exercerem a ditadura do dinheiro e da economia sem rosto, submetendo a política aos seus ditames.

Marcaram presença Manuel Machado, presidente da Câmara de Coimbra e da Associação Nacional de Municípios, Jorge Mesquita, representante do Cefosap, e Manuel da Silva, da Escola Agostinho Roseta, bem como todos os Sindicatos da Febase na pessoa dos seus presidentes e uma forte delegação da UGT, com Lucinda Dâmaso e Carlos Silva à cabeça.

De assinalar igualmente a presença de antigos dirigentes desta casa, nomeadamente Francisco Osório Gomes, Joaquim Correia Moniz, Teles Grilo e Mário

Figueira, que emprestaram grande dignidade a esta comemoração, significando, também, que antigas divergências se encontram debeladas e que a unidade é hoje em dia uma realidade.

Unidade sindical

Os presidentes da Mesa, do SBC e da Febase, respetivamente Freitas Simões, Carlos Silva e Aníbal Ribeiro,



Carlos Silva durante a sua intervenção

tudo gente da casa, assinalaram com grande veemência nas suas intervenções a necessidade imperiosa da constituição de um SAMS e de um Sindicato de âmbito nacional, para o qual aduziram diversos argumentos, como o poder negocial de 65 mil trabalhadores em confronto com a unidade dos bancos e as fusões no setor que têm provocado uma sangria muito difícil de estancar, as mais-valias administrativas e a unificação nacional do SAMS.

Outra ideia-força que surgiu neste encontro, defendida por diversos atores sindicais presentes, foi a possibilidade de enfrentar a APB, com mais veemência e com recurso às últimas armas que os trabalhadores têm em seu poder se a isso forem obrigados, devido à falta de entendimento e à ausência de boa-fé negocial do ACT, com as negociações a arrastarem-se há mais de dois anos e sem resultados à vista.

Atualização salarial

Houve ainda da parte dos mesmos atores sindicais uma chamada de atenção para o facto de há quase cinco anos os bancários verem os seus rendimentos delapidados pela não atualização dos seus salários.

A festa iria terminar com os presentes a entoarem os parabéns pelos 80 anos celebrados, festa que serviu também para, através das diversas intervenções, se fazer uma grande "viagem" ao momento sindical que atravessamos. ■



TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Comissão Sindical de Empresa (norte) do Banif

Muitas preocupações para muitas com

A indefinição que se vive no Banif está a causar um clima de tensão, medo, angústia e de insegurança permanente entre os trabalhadores. A Comissão Sindical acompanha a situação com muita atenção, monitorizando e aconselhando os bancários da instituição

Correia da Silva (coordenador), Correia Lopes e Ivone Campos são os membros da Comissão Sindical de Empresa (norte) do Banif. Em entrevista à Revista Febase deram conta das principais preocupações que afetam os trabalhadores, no quotidiano que se vive naquele banco.

P – Os três trabalham em conjunto, ou têm pelouros definidos atribuídos à ação específica de cada um?

R – Trabalhamos em grupo. É certo que existe um regulamento interno que especifica os pelouros correspondentes a cada um, mas todas as decisões são colegiais. E é gratificante podermos dizer que todas as decisões têm sido tomadas por unanimidade.

P – Se vos fosse pedido para definir em duas palavras qual a atual situação no banco, quais as que utilizariam?

R – Extremamente complicada. Vejamos: o banco está sob a "proteção" (escreva lá isto entre aspas) da DGComp, que o mesmo é dizer, da troika. Há um acordo que tem vindo a sofrer consecutivas modificações e que nesta altura já vai na sétima versão. E não se divisa, a breve trecho, uma decisão final.

P – Mas vai haver uma assembleia geral neste mês de março...

R – Pois, talvez agora, com a eventual constituição de uma nova administração, o panorama possa beneficiar de alguma modificação. É que o banco será obrigado a um aumento de capital – porque até já tinha sido obrigado a fazê-lo e acabou por não o concretizar. O problema é que o documento da DGComp prevê que o Banif seja reduzido a um banco regional para a Madeira e os Açores, não deixando clara nem transparente a situação que sobrá para o continente.

Encerramento de balcões

P – E então é aí que reside o cerne das vossas principais preocupações...

R – Digamos que a nossa grande preocupação é o contínuo encerramento de balcões, que não sabemos onde parará, situação relativamente à qual não temos obtido resposta por parte da Febase que, neste campo como nos outros, nos tem ignorado. Ou seja, esta situação faz-nos lembrar o nome do filme "Quo vadis?". Nem nós nem os



Da direita para a esquerda: Ivone Campos, Correia Lopes e Correia da Silva (coordenador) da CSE do Banif e José António Gonçalves (coordenador) e João Silva, do pelouro da Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN

R – Vivem num clima de tensão, de medo, de angústia e de insegurança permanente. Estão sempre à espera que o telefone toque para serem confrontados com qualquer problema que lhes vá afetar radicalmente a sua vida pessoal. É uma pressão verdadeiramente indescritível, ainda que haja uma ótima relação com a Direção dos Recursos Humanos, que é de salientar e de louvar. Aliás, temos tido reuniões com o respetivo responsável máximo, Dr. Sérgio Guimarães Baptista, que nos tem transmitido, de forma transparente e verdadeira, esta situação, e a quem nós, por nossa vez, também temos colocado frontalmente

R – Quer aos mais diversos problemas resultantes da situação que acabámos de descrever, quer à desmontagem da multiplicidade de boatos que no nosso banco são uma constante diária, precisamente devido à referida imprevisibilidade dos acontecimentos que se têm vindo a registar, com maior incidência desde 2012, altura em que foram encerrados nove balcões no norte; depois, em 2013, foram mais 13; e no ano passado outros 27. Ou seja, entre 2010 e 2014 já foram fechados no norte 56 balcões, num universo de 165.

P – Com despedimentos?

R – Não há despedimentos no Banif. O que tem havido é rescisões por mútuo acordo e, quando uma agência é encerrada, os colegas são transferidos para outra, mas com a indicação de serem supranumerários...

Supranumerários

P – No vosso entendimento "supranumerário" é uma coisa boa ou uma coisa má?

R – Por um lado é positivo, porque garante a empregabilidade a quem

plicações

restantes trabalhadores do Banif sabemos onde é que isto irá parar.

P – Querem com isso dizer que são mais obrigados a fazer do vosso trabalho uma "navegação à vista" do que planificar uma estratégia?

R – Claro! Repare que o plano de reestruturação final ainda não foi aprovado pela DGComp e teme-se que a política contemplada no plano de reestruturação inicial – previsto para 2013/2017 –, ou seja, a divisão em retalho para a Madeira e para os Açores e em *private* e em *affluent* para o continente, não garanta a viabilidade do banco no continente. Esta é a grande preocupação dos colegas, que continuam a pensar quando é que chega a sua vez de ter uma má notícia. É que isto chega ao cúmulo de já estarem a encerrar agências perfeitamente rentáveis. Inclusive já existe um distrito na área geográfica do SBN onde desapareceram todos os balcões do Banif.

P – Em consequência dessa situação, qual é o sentimento que recolhem dos trabalhadores do banco?

os anseios, as preocupações e as inquietações dos nossos colegas.

P – Qual é, neste caso, a forma preferencial de interação com esses mesmos colegas?

R – Dada a total imprevisibilidade das decisões da administração no que toca ao encerramento de agências, fomos obrigados, contra a nossa vontade, a suspender temporariamente as visitas aos balcões, como era nosso hábito e nossa obrigação, porque chegámos a ir a agências transmitir uma mensagem de esperança e alguns dias depois vir uma ordem da administração para encerrar o balcão que tínhamos visitado anteriormente. Assim não! Não queremos fazer parte do problema, mas sim da solução. No entanto, todos os colegas estão a ser por nós monitorizados e aconselhados.

Imprevisibilidade

P – A que situações concretas é que se referem?

aceita essa figura. Mas por outro é negativo, porque se trata de uma figura de estilo que faz com que um trabalhador nunca saiba como lidar com isso. Ou seja: pertence aos quadros, mas pode ser vítima de uma mobilidade que o faça de bola de pingue-pongue de balcão para balcão, destruindo completamente a sua vida familiar. Muito a propósito, apelamos aqui para que a Febase definitivamente esclareça os trabalhadores o que significa hoje na banca ser supranumerário, uma vez que todos os dias somos confrontados com essa pergunta por parte de variadíssimos colegas, que são permanentemente confrontados com tal problema, aliás transversal a todo o setor.

P – Podemos concluir a entrevista, com a noção de que ficam plasmadas as principais preocupações dos trabalhadores do Banif...

R – Só mais uma: torna-se extremamente importante que se ultime a negociação do acordo coletivo de trabalho do setor bancário... ■



Os jardins do Palácio de Cristal são o local eleito para as comemorações de 2015

SBN apela a grande mobilização para o 1.º de maio da UGT no Porto

O cariz de luta do Dia do Trabalhador será marcado pelas intervenções de natureza político-sindical

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O Sindicato dos Bancários do Norte apela a uma mobilização maciça de todos os associados nas comemorações do 1.º de maio promovidas pela UGT, que este ano vão realizar-se a nível nacional no Porto.

Com efeito, trata-se de um momento histórico para a vida do movimento sindical português, uma vez que nunca a cidade do Porto tinha sido escolhida para acolher as celebrações organizadas pela UGT para assinalar a efeméride de maior relevância para os trabalhadores de todo o mundo.

Os jardins do Palácio de Cristal – espaço, aliás, com largas tradições – foi o local escolhido para receber os manifestantes, que o SBN espera que se façam representar num número que traduza de forma inequivocamente significativa a luta de todos os trabalhadores (designadamente do setor bancário) pela defesa dos seus direitos, que se encontram seriamente ameaçados pelas contingências bem conhecidas, bem como pela garantia dos seus postos de trabalho.



Como em anos anteriores, espera-se uma grande adesão de trabalhadores

Jornada de festa e luta

De resto, estas preocupações, se bem que particularmente pertinentes no que ao nosso País diz respeito, acabam por ser extensivas a toda a Europa, pelo que as manifestações do 1.º de maio no conjunto do espaço da União vão fazer repercutir as mesmas problemáticas, pelo que também nesta circunstância os trabalhadores bancários da UE se encontrarão a falar em uníssono.

O SBN sublinha que o 1.º de maio da UGT de 2015 no Porto será uma jornada de festa, de luta, mas que encerrará também uma relevante componente cívica e cultural.

O cariz de luta ficará marcado pelas intervenções de natureza político-sindical, às 15h30. A festa será animada,

das 13h00 às 15h00, pelas atuações da Banda Filarmónica do Crato, de um rancho filarmónico da região do Porto e por animação de rua com bombos com o Grupo de Caretos de Bragança e com alunos da Escola Profissional Agostinho Roseta. Às 17h00, depois das intervenções político-sindicais, voltará a festa, animada por um conhecido artista.

Para a história ficam muitas comemorações locais do 1.º de maio da UGT no Porto, para além das cerimónias que se realizavam em Lisboa, com o objetivo de conseguirem conglomerar os trabalhadores e respetivos agregados familiares num ambiente que também era de festa e de luta e que, no que tocava à animação, tiveram sempre como cabeça de cartaz conhecidos nomes da vida artística nacional. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

SAMS

Surto de gripe fez aumentar procura

O recente surto de gripe fez aumentar a procura por assistência no SAMS. Os serviços responderam adequadamente e conseguiram manter o tempo de espera num nível baixo. O pico da doença foi já ultrapassado, mas ainda assim é necessário estar atento



Bancários Sul e Ilhas



O mais recente surto de gripe que assolou o País atacou em força, tendo-se registado um ligeiro aumento face ao habitual, pois houve uma incidência de casos com uma estirpe viral em mutação que resultaram em casos sintomáticos.

Este aumento fez disparar a procura dos serviços do SAMS, quer a nível do Atendimento Permanente, quer a nível de consultas motivadas por infeções virais, nomeadamente de síndromes gripais.

Segundo o Diretor Clínico, Faustino Ferreira, o surto gripal encontra-se já na sua fase final, ainda que não seja de descartar o aparecimento de casos esporádicos.

É possível fazer um balanço positivo da resposta dada pelos serviços. "Nesta altura do ano reforçamos sempre as equipas. Sendo nossa preocupação corresponder com elevados níveis à procura dos nossos beneficiários e utentes, nalguns dias chegámos a duplicar o número de médicos de serviço nos Atendimentos Permanentes, quer do Centro Clínico quer do Hospital", explicou Faustino Ferreira, referindo ainda que foi possível manter o tempo de espera num nível baixo.

Vacina é a melhor prevenção

Os principais grupos de risco que se dirigiram ao SAMS continuaram a ser os idosos e as crianças. Os doentes com patologias prévias, como diabetes, doenças pulmonares crónicas obstrutivas ou com imunodeficiências fazem igualmente parte do grupo de risco, uma vez que são particularmente predispostos a alojarem o vírus, bem como a sofrerem complicações derivadas dessa infeção.

Faustino Ferreira não tem dúvidas de que o primeiro passo para a prevenção do surto da gripe deve ser dado com a respetiva vacinação. "É fundamental para minimizar o risco de complicações. O SAMS disponibiliza, através de um protocolo com a Direção Geral de Saúde e em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, vacinação gratuita aos seus beneficiários considerados de risco, sendo que todas as pessoas acima dos 65 anos estão nesse grupo".

Mas estarão as vacinas de hoje preparadas para contrariar um surto cada vez mais perigoso e ameaçador? "A vacina da gripe é adaptada anualmente para as estirpes que se preveem



poderem estar mais ativas em cada ano, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde. Habitualmente são vacinas que protegem para três estirpes, mas já se prevê que venham a ser disponibilizadas nos próximos anos vacinas com quatro estirpes, como forma de garantir uma maior cobertura. A vacinação aumenta sempre a proteção e continua a ser a principal arma das populações contra a gripe", explicou Faustino Ferreira. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

Futsal

Jogo frenético deixa tudo igual na frente

Santander Totta e Banco BPI protagonizaram uma excelente partida e continuam a repartir a liderança da classificação

A 3.ª ronda do 39.º Torneio Interbancário de Futsal teve lugar no dia 20 de fevereiro, como habitualmente no pavilhão da CGD, em Lisboa.

A expectativa para o jogo entre GD Santander Totta e Banco BPI era elevada, uma vez que ambas se encontravam em igualdade pontual. Quem vencesse passaria a liderar de forma isolada.

E quem apostou as fichas neste jogo não saiu defraudado. Na 1.ª parte, o Banco BPI entrou mais forte, chegando a uma vantagem de dois golos, apontados por Mário Lourenço e Luís Pratas, aos 7' e 9', respetivamente. A esta vantagem respondeu o Santander Totta, igualando a contenda por Luís Xavier, aos 16', e Pedro Palha, um minuto depois. Ao intervalo, o empate persistia no marcador.

Ao contrário da 1.ª parte, o Santander Totta entrou melhor na etapa comple-



O confronto entre Santander e BPI foi renhido

mentar, com o golo de Ricardo Xavier, logo aos 3'. Deu a volta o Banco BPI, com Luís Pratas a bisar aos 8' e Nelson Seco a fazer o gosto ao pé, aos 14'. Corria o minuto 17' quando Ivo Lima fixou o resultado final em 4-4.

Na tabela classificativa, as duas equipas seguem com 8 pontos, tendo o Santander vantagem nos golos marcados.

Team Foot Activobank no encalço

Quem beneficiou do empate dos líderes foi a Team Foot Activobank (Millennium bcp), que venceu a Fapoc (Millen-

nium bcp), por 3-2. A Team Foot chegou a estar a vencer por 3-0 mas permitiu que a Fapoc ainda assustasse, com dois golos nos minutos finais da partida, insuficientes no entanto para empatar.

No último jogo desta jornada, os SS Montepio Geral venceram a CM BCP Foot a Mill (Millennium bcp), por 2-0, com um bis de David Lopes.

A Team Foot Activobank continua na perseguição aos líderes, contabilizando 7 pontos, enquanto os SS Montepio Geral seguem em quarto, com 6. Fapoc e Foot a Mill ocupam as últimas posições, com 4 e 3 pontos, respetivamente. ■

King

Pinto Pedro lidera geral

A vitória na 4.ª jornada pertenceu a António Moço mas na classificação geral é o concorrente da CGD quem comanda

Nova ronda do 9.º Campeonato Interbancário de King realizou-se no dia 14 de fevereiro, desta feita com a participação de 19 jogadores. Este número obrigou a que ficassem isentos



três jogadores em cada jogo, tendo os mesmos recebido 3.5 pontos.

António Moço (Banco BPI) foi o vencedor, com 19.5 pontos, seguido de Carlos Rodrigues (Millennium bcp), com 18.5. Na terceira posição ficaram Pinto Pedro (CGD) e António Marques (Millennium bcp), ambos com 18 pontos.

Esta prestação de Pinto Pedro fez com que saltasse para a liderança da classificação geral, com 70 pontos. Seguem-se três concorrentes em igualdade pontual. São

eles Caetano Moço (Unicre), Américo Pereira (Millennium bcp) e António Moço. Ambos contabilizam 68.5 pontos. António Rafael (Santander Totta) é quinto, com 65.

Apuramento regional com novas regras

Nesta jornada foi dado a conhecer a nova metodologia de apuramento para a final regional.

Nos apuramentos em Lisboa e delegações do Continente, o 1.º classificado fica automaticamente apurado para a final regional.

Para apuramento dos restantes foram criados dois grupos:

Castelo Branco e Portalegre, com a presença de oito jogadores, sendo quatro os apurados; Lisboa e Setúbal, com a presença de 12 jogadores, sendo seis os apurados.

A final regional contará com um total de 16 jogadores. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

Convívio com Arte

A história por detrás do centro das decisões

Bancários Sul e Ilhas



Os sócios do SBSI foram conhecer a história e o espólio do Palácio de São Bento, onde a sala do Parlamento motivou um interesse especial

A curiosidade de conhecer o Palácio de São Bento levou 30 participantes a marcarem presença em mais uma iniciativa "Convívio com Arte", na tarde do dia 28 de fevereiro. Dadas as regras da própria visita, foram divididos em dois grupos de 15 pessoas.

Acompanhados pela guia Carla Mourão, que procurou sempre explicar todos os pormenores e responder às dúvidas colocadas, os participantes começaram a visita pelo claustro, ficando a conhecer as origens do Palácio, cuja primeira pedra foi lançada no ano de 1595 e que se pretendia ser o maior monumento religioso da Península Ibérica, com o objetivo de albergar uma comunidade religiosa em crescimento.

Com a Revolução Liberal de 1820 e a extinção das ordens religiosas em 1834, a vida conventual que até então era ali praticada sofreu uma grande derrocada, passando o edifício a ser afeto à instalação do Palácio das Cortes. O espaço religioso dava lugar ao político, com a instalação de duas câmaras: a dos Pares e a dos Deputados.



Interior rico

Feita a explicação sobre a origem do Palácio, foi altura de passar para o seu interior, onde o átrio é dos poucos espaços que guardam memórias do antigo Convento de São Bento. Uma imponente estátua de D. Carlos I pode ser vista juntamente com um sino pertencente à torre da igreja do Convento. O pavimento original, de mármore rosa e branco, foi uma constante ao longo do percurso.

Depois de subirem a escadaria nobre, os participantes tiveram oportunidade de apreciar e conhecer a história das pinturas murais que se encontram agrupadas em dois trípticos.

A riqueza do espólio do Palácio continuou a ser visto ao longo da visita, desde os tronos antigos da altura da

realiza e do clero passando pelas pinturas presentes no Salão Nobre, que exaltam os feitos dos Descobrimentos.

As cadeiras do poder

O Palácio de São Bento alberga a Assembleia da República, pelo que a sala dos Passos Perdidos e o Hemiciclo foram dos pontos de maior interesse. Os participantes sentaram-se nas cadeiras dos deputados e tiraram fotografias enquanto assistiam à explicação sobre os pormenores da sala, de onde se destacam as figuras de gesso que personificam a Constituição, a Diplomacia, a Lei, a Jurisprudência, a Justiça e a Eloquência.

A visita, que durou duas horas, terminou na biblioteca do Parlamento e na loja, onde alguns participantes adquiriram lembranças desta visita.

O sucesso das iniciativas "Convívio com Arte" tem cativado cada vez mais sócios. A próxima realiza-se no Museu da Marinha, em Belém, no dia 28 de março. Inscreva-se já! ■

Participantes satisfeitos

Satisfação era o sentimento mais comum no final da visita, com os participantes a mostrarem-se surpreendidos com o vasto espólio do Palácio e contentes por terem tido a oportunidade de conhecer a sua origem.

Lurdes Duarte é bancária há 35 anos e não imaginava que houvesse tanta história por detrás de um espaço que sempre se habituou a ver. "A minha mãe chamava-lhe 'as Cortes' e eu pensava que era apenas uma sala onde se reuniam os deputados. Nunca pensei que tivesse esta riqueza. Quando entrei vi logo que tinha aspeto de ter sido um convento", explicou, apelando a que as iniciativas do "Convívio com Arte" continuem.

Com ela trouxe uma amiga, Sara Ferreira, que entrou no Parlamento pela primeira vez. A experiência não podia ter corrido melhor. "Achei muito interessante esta visita. Como sou muito ligada à parte histórica gostei muito. Não estava à espera de encontrar este espólio e desconhecia a história do edifício. Quero voltar para ver com mais tempo".



Os participantes sentaram-se nas cadeiras dos deputados



CONCURSO FOTO FEBASE

CONCURSO FOTOFEBASE 2015

Mais um ano, mais uma nova edição do concurso FOTO FEBASE e mais uma oportunidade para fotografar aqueles momentos tão especiais e únicos.

Em 2015 a FEBASE lança mais um desafio fotográfico aos seus sócios que andam sempre com uma máquina por perto e que juntam o amadorismo, o gosto pela fotografia, a oportunidade e o talento.

Se é um apaixonado da fotografia, se dispõe de uma máquina fotográfica digital, vontade de mostrar o seu talento e de exhibir o seu trabalho, se possui espírito de iniciativa e é aventureiro, aceite este desafio e desfrute da oportunidade de ganhar prémios simpáticos e de aumentar o seu material fotográfico.

Boas fotos!

A ORGANIZAÇÃO FOTOFEBASE

O Concurso FOTO FEBASE 2015 abrange um tema mensal: **Tema Livre**
Neste tema poderá captar livremente o que mais gosta de fotografar.

Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de quatro (4) fotografias por concorrente. A receção das fotografias será feita, através de correio eletrónico para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt, indicando **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes elementos:

Nome e Apelido do Participante; Sindicato ao qual pertence: N.º Sócio; Telefone de Contacto; Correio Eletrónico; Tema da Fotografia; Título da Fotografia; Lugar e Data onde foi tirada.

Todas as fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.
Para efeitos de publicação on-line, as fotografias deverão ter no mínimo, 0,25 megabytes (250 Kb) e não ultrapassar a dimensão de 2 megabytes (2.000 Kb).

Contamos consigo.

A ORGANIZAÇÃO FOTO FEBASE



STAS faz visitas a seguradoras

O contacto direto com os associados tem sido muito positivo e vai continuar.

A iniciativa visa prestar informação e esclarecer dúvidas

TEXTO: **JOSÉ LUIS PAIS***

Fruto das recentes alterações contratuais para a atividade seguradora, em que o Sindicato agiu com uma responsável lucidez e competência, contribuindo para o CCT do setor, entendemos não nos limitarmos à informação à distância. Em boa hora enveredámos por uma fórmula de estreitamento das relações com os trabalhadores, traduzida desde já com algumas deslocações a seguradoras, duas vezes por semana, aproveitando o momento da sua entrada nas empresas no período da manhã.

Visamos o esclarecimento dos aspetos mais importantes das cláusulas apontadas nos documentos elaborados para o efeito e distribuídos naquela ocasião, com dados exemplificativos, tais como: Plano Individual de Reforma (o que é? quem o financia? quando o receberá? e se cessar o vínculo contratual? quando se inicia a contribuição do empregador? percentagens e valores da contribuição); Apoio Escolar (condições para a participação); Prémio de Permanência (o trabalhador terá direito quando e como?).

Balanço positivo

Nas seguradoras já visitadas – Liberty, Açoreana (dois edifícios), Cossec, Tranquilidade, Fidelidade (três edifícios) e Zurich – podemos desde já aferir o agradável acolhimento a esta nossa ação, propiciando também a oportunidade para os colegas nos abordarem com algumas questões e dúvidas que prontamente foram esclarecidas.



A Zurich é uma das empresas já visitadas

O balanço é francamente positivo no que se reverte esta iniciativa e que se irá prolongar, naturalmente, por mais algum tempo, junto das restantes empresas, contribuindo sobremaneira para cimentar as vantagens desta ação que em bom tempo foi empreendida.

Esta iniciativa, além do mais, tem adjacente uma outra intenção: somente bem informados os trabalhadores poderão conhecer convenientemente os seus direitos. ■

**Vice-Presidente do STAS*

Em assembleia

Delegados sindicais debatem alterações ao CCT

O contrato coletivo dominou a reunião, lembrando-se que este ano começam novas negociações

Uma Assembleia de delegados sindicais realizou-se no dia 29 de janeiro, ao abrigo do art.º 22.º, alínea a) dos Estatutos.

Nesta assembleia focaram-se temas decorrentes das últimas alterações do CCT, comparando-se com as dificuldades verificadas no contexto de negociação de outros setores, nomeadamente na banca. Também se informou que ainda este ano começarão novas negociações visando a análise do atual CCT, cujas alterações serão para vigorar no ano seguinte.

Por sua vez, a Direção referiu a importância de que os delegados sindicais, nas respetivas empresas, contrariem a opinião dos colegas não sindicalizados, porque pelo facto de beneficiarem do estipulado no CCT, poderão ter dissabores em termos judiciais, se algum caso laboral for levado à barra dos tribunais.



As reuniões com delegados sindicais são frequentes

A Assembleia foi também esclarecida quanto a duas cláusulas do CCT: o Plano Individual de Reforma e o Prémio de Permanência, o que aliás viria a potenciar um animado debate.

Seguidamente abordaram-se algumas questões laborais que se verificam no dia-a-dia e ao mesmo tempo o facto de alguns trabalhadores não sindicalizados que, ao serem contemplados com aquelas situações, de imediato contactam o Sindicato, através dos serviços jurídicos para obterem o respetivo apoio.

Novo modelo de informação

Chegou então a vez de se apresentar o novo modelo de informação aos associa-

dos e a forma dos futuros contactos, tendo-se ainda sensibilizado os presentes para os cursos de formação que estão previstos para este ano.

Seguiram-se outras informações, nomeadamente referentes ao decreto-lei que desbloqueia parcialmente o acesso às reformas antecipadas, tendo sido distribuído um parecer dos serviços jurídicos para servir de apoio aos esclarecimentos solicitados aos delegados sindicais por colegas que eventualmente estejam interessados naquela situação.

Foi apresentada a intenção da Direção, entretanto iniciada, de deslocação às seguradoras para distribuição de informação quanto às alterações recentes do CCT. Para o efeito foi também pedida a colaboração dos delegados sindicais.

A finalizar, o presidente da Mesa, por que recentemente rescindiu o seu contrato de trabalho com a sua empresa e não podendo, por isso mesmo, continuar a exercer as funções, apresentou as suas despedidas. A Direção endereçou-lhe os agradecimentos pela colaboração prestada ao longo do seu mandato e desejou-lhe felicidades para a sua nova vida. ■





TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

Clube CHAPAS sonha com museu

Com um espólio variado de mais de três mil peças, o Clube História e Acervo Português da Atividade Seguradora é o fiel depositário da memória de trabalhadores e empresas do setor. Vítor Alegria, da direção, recorda como nasceu a associação e revela projetos futuros



Vítor Alegria, grande impulsionador do Clube

Febase – O que é o Clube CHAPAS?

Vítor Alegria – O Clube História e Acervo Português da Atividade Seguradora, abreviadamente designado por Clube CHAPAS, é uma associação sem fins lucrativos fundada por duas mãos cheias de profissionais de seguros, em 3 de março de 2011, e cuja missão é receber, cuidar e divulgar a memória material e imaterial da indústria seguradora.

P – Como surge a ideia do Clube?

R – Em 2009 foi publicado o livro "CHAPAS – Heráldica das Seguradoras" cujo protótipo inicial visava, unicamente, dar visibilidade à coleção das chapas de seguro de incêndio (e de automóvel) detida pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora. Entretanto, os autores e fotógrafo desta publicação, todos eles profissionais de seguros, conhecendo a existência de outras coleções de particulares nacionais repensaram o modelo inicial e ampliaram o número de páginas e complementaram com referências históricas das entidades seguradoras.

Mas durante o processo de pesquisa e planificação do livro foram realizados contactos com profissionais de seguros no ativo e outros mais seniores, os quais prestaram informações inestimáveis, mas também lembraram a necessidade de materializar a ideia antiga: um Museu da atividade seguradora.

Foram muitos os Colegas que, conscientes do desinteresse por parte dos seus familiares diretos em guardar "aquela apólice" da sua seguradora, a fotografia, a tarifa com que simulou tantos prémios, o alfinete de lapela dos 25 anos ou a medalha com o símbolo da sua seguradora, entre muitos outros géneros... pediram a criação de associação sem fins lucrativos que de forma condigna e duradoura tratem deste tipo de acervo.

Bastou juntar dez Colegas com gosto pela sua profissão, convicta paixão pelo tema, afirmativo espírito dinâmico e foi possível concretizar a aspiração de milhares de profissionais de várias gerações: constituir a associação sem fins lucrativos – Clube História e Acervo Português da Actividade Seguradora.

Apoio de todos

P – Que receptividade tem encontrado por parte das entidades ligadas à indústria seguradora e por parte dos trabalhadores de seguros?

R – Desde a realização do primeiro evento que, além do inequívoco e inestimável apoio dos profissionais de seguros, houve uma acreditação do projeto junto das várias entidades da indústria seguradora, e não só.

O Instituto de Seguros de Portugal (ISP), atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), fez-se representar na maioria dos eventos realizados em Lisboa pelo seu presidente, o Prof. Dr. José Almaça, confirmando a importância do papel do Clube CHAPAS no contexto do mercado segurador.

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) foi anfitriã, no seu auditório, nas comemorações do primeiro aniversário do Clube CHAPAS, consagrando o apoio do Dr. Pedro Seixas Vale. Durante o mês de setembro do ano passado a APS e a Companhia de Seguros Tranquilidade apoiaram a exposição "Hoje seriam 80 anos – Grémio dos Seguradores", realizado no Espaço Arte Tranquilidade.

Os seguradores Fidelidade, Groupama e Lusitania foram entidades que acolheram exposições temáticas nas suas sedes. Outra das iniciativas tem sido a participação do Clube CHAPAS em eventos realizados pelos Grupos desportivos e culturais das Seguradoras, nomeadamente do GDC da Fidelidade e do CCD da Tranquilidade.

O Clube CHAPAS realizou, ainda, uma exposição no edifício sede da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, onde criou a ponte entre os "seguros e a banca".



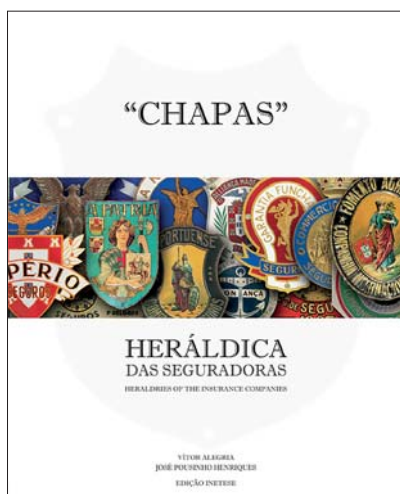
Chapas de seguros automóvel



Seguradora Europeia



Reclamo da seguradora Confiança em vidro pintado



Pelo tradicional uso, entre os anos 20 e 60 do século passado, das chapas de seguro automóvel fixadas ao para-choques ou à grelha do radiador das viaturas, tal facto foi mote para uma exposição conjunta do Clube CHAPAS com a Santogal Automóveis SA.

Para maior notoriedade e conhecimento de outras experiências, nestes poucos anos de existência a direção do Clube tem vindo a estabelecer contactos com entidades homólogas estrangeiras, nomeadamente na Alemanha, EUA, Inglaterra e Itália.

Vários têm sido os colegas, com formação em História e em outras áreas do conhecimento, que têm ajudado na catalogação do acervo e se disponibilizam para colaborar na organização do Museu da Atividade Seguradora by Clube CHAPAS, que queremos alcançar.

Acervo importante

P – Qual a dimensão e importância do acervo que o Clube CHAPAS possui neste momento?

R – O acervo ultrapassa já as 3000 unidades, entre documentos em papel

antigo, fotografia, livros, material publicitário (desde o reclamo luminoso exterior até à simples esferográfica), carimbos, selos branco e de lacre, chapas de seguros de incêndio e de automóvel, medalhas, troféus, alfinetes de lapela, tarifas, manuais de formação e tantos outros. Quanto à importância do acervo temos de referir que estamos em presença de um potencial de informação e estudo para várias áreas e gerações. Por último, sublinho que todo o património foi ofertado por profissionais de seguros e pelos familiares daqueles que já não estão entre nós.

P – Quais as principais dificuldades com que o Clube CHAPAS se tem deparado?

R – A direção do Clube CHAPAS está consciente que a associação sem fins lucrativos "nasceu" numa época económica e financeiramente menos favorável. Os programas de financiamento de projetos a concurso e os de responsabilidade social dos Seguradores foram redefinidos, alguns suspensos, o que acarretou menor acessibilidade a meios financeiros e não financeiros para levar por diante os objetivos do Clube, prejudicando a cooperação mais célere conosco.

Espaço ambicionado

P – Projetos ou objetivos futuros do Clube CHAPAS?

R – Conforme já deixei perceber, o objetivo primeiro do Clube CHAPAS é continuar a recolher documentos e objetos que ilustram a história dos seguros, cuidar e dá-lo a conhecer. Contudo, noutro objetivo é ambicionada a obtenção de um espaço para o Museu, de forma desonerada, condigna e duradoura. Este espaço museológico deverá

ter capacidade para três áreas: a museológica, a bibliotecária e um auditório para atrair um público-alvo, a partir dos seis anos (escolas ou acompanhadas por pais), estudantes (nacionais e estrangeiros) em trabalhos de investigação, colegas e seus familiares, bem como colecionistas e todo o restante público que se consiga alcançar.

Outro dos objetivos estratégicos é a aquisição de um programa Software do tipo: "Sistema Integrado de Gestão de Acervo do museu e biblioteca" que permita a sua catalogação, parametrização e consulta virtual sobre todo o acervo doado ao Clube CHAPAS.

É na dinamização do espaço do Museu que estão sediados os projetos. E temos muitas ideias, desde ações para estímulo de competências para crianças de ensino especial, descobrir peças no Museu (sem limite de idade), criação de histórias de banda desenhada, repórter por um dia, promover conferências e workshops temáticos, incentivar trabalhos de pesquisa de seguros (e banca), assim como o lançamento de publicações no seu espaço multiusos.

E muitas outras ideias colhidas pela experiência, memória e imaginação, que inovem e dinamizem o Museu.

P – Que papel pode ter a Febase nesses projetos ou objetivos futuros?

R – A Febase pode trazer mais-valias ao Clube CHAPAS, desde logo na sua divulgação junto dos profissionais de seguros, mas também dos bancários.

Nas últimas décadas, banca e seguros têm partilhado sinergias, logo terão memórias partilhadas e, quem sabe, inspirar a criação de um Museu da Atividade Bancária.

A Febase e o Clube CHAPAS poderão num futuro próximo desenvolver em parceria atividades de âmbito cultural. ■



Título de 5 ações de 1858

Bilhete de elétrico com publicidade de A Mundial

Onde ver o espólio

Até à concretização do espaço físico do Museu da Atividade Seguradora by Clube CHAPAS, têm sido realizadas exposições temáticas e comemorativas.

Ao nível do espaço virtual, o Clube está no facebook com a página "chapas clube chapas", onde diariamente são colocadas fotos do espólio. O site www.clubechapas.pt é outro meio de informação.

E na sede do STAS estão expostas algumas das peças do acervo.



Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro